

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO – CAMPUS JOÃO PESSOA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA**

CECÍLIA MONTENEGRO DE MENEZES PATRIOTA

**A FACE DA VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA: UM ESTUDO SOBRE A VIOLAÇÃO
DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS TRANS NO
BRASIL**

**JOÃO PESSOA
2018**

CECÍLIA MONTENEGRO DE MENEZES PATRIOTA

**A FACE DA VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA: UM ESTUDO SOBRE A VIOLAÇÃO
DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS TRANS NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Direito de João
Pessoa do Centro de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal da Paraíba como
requisito parcial da obtenção do grau de
Bacharel em Direito.

Orientadora: Professora Doutora Ludmila
Cerqueira Correia

JOÃO PESSOA
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P314f Patriota, Cecilia Montenegro de Menezes.

A FACE DA VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA: UM ESTUDO SOBRE A
VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DAS
PESSOAS TRANS NO BRASIL / Cecilia Montenegro de Menezes
Patriota. - João Pessoa, 2018.
73 f.

Orientação: LUDMILA CERQUEIRA CORREIA.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCJ.

1. Gênero. 2. Identidade de Gênero. 3. Transfobia. 4.
Violência Transfóbica. I. CORREIA, LUDMILA CERQUEIRA.
II. Título.

UFPB/CCJ

CECÍLIA MONTENEGRO DE MENEZES PATRIOTA

**A FACE DA VIOÊNCIA TRANSFÓBICA: UM ESTUDO SOBRE A VIOLAÇÃO
DOS DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS TRANS NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Direito de João
Pessoa do Centro de Ciências Jurídicas da
Universidade Federal da Paraíba como
requisito parcial da obtenção do grau de
Bacharel em Direito.

Orientadora: Professora Doutora Ludmila
Cerqueira Correia

DATA DA APROVAÇÃO: 01 DE NOVEMBRO DE 2018

BANCA EXAMINADORA:

Ludmila Cerqueira Correia

**PROF.^a DR.^a LUDMILA CERQUEIRA CORREIA
(ORIENTADORA)**

Duina Porto

**PROF.^a DR.^a DUINA MOTA DE FIGUEIREDO PORTO
(AVALIADORA)**

Michelle B. Agnoleti

**PROF.^a DR.^a MICHELLE BARBOSA AGNOLETI
(AVALIADORA)**

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de conclusão de curso significa o encerramento de uma fase da vida no qual pessoas especiais merecem destaque. Nós precisamos de apoio, força e motivação em momentos de desafios. Então agradeço a todos que, de alguma forma, torcem e celebram minhas conquistas. Esse trabalho não é só meu. Cada confiança em mim depositada tem parte aqui.

Em especial, agradeço aos meus pais, Fernando e Rita de Cássia, e a minha irmã Sofia, pessoas que construíram e constroem meu caráter e formação. Sem eles, nada sou. E a eles, todo meu amor. Obrigada.

À minha vó Zaly, toda a minha admiração, respeito e gratidão por esse amor incondicional que ultrapassa diversas barreiras e me enxerga de uma forma só dela.

Aos amigos, todos, minha sincera gratidão. Ser rodeada de pessoas incríveis e boas sempre foi um privilégio meu. Amigos antigos e atuais, todos me mostram, diariamente, que há respeito e bondade nesse mundo.

Aos familiares como um todo pelo carinho e confiança. Em especial às “primas” que, desde sempre, são pilares de amor e amizade. Obrigada, meninas.

Minha gratidão e admiração às pessoas que encontrei nesse curso e que levarei para vida: Caroline, Vanessa e Ariane (a nossa Prin). O que construímos foi e é extremamente importante. Em especial, à Carol, minha imensa admiração. Pois ela representa, diariamente, o bem em sua forma genuína.

À Ananda, que vem me apoiando e incentivando a ser melhor todos os dias, o meu amor, meu respeito e minha gratidão. Obrigada por tornar mais leve o intenso fim de uma jornada.

Finalmente, agradeço a minha orientadora, Professora Doutora Ludmila Cerqueira, pela disponibilidade, atenção, dedicação e apoio. Grata pelo aceite do trabalho e pela energia gasta neste, junto comigo.

**“Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta**

**Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria”.**

Milton Nascimento e Fernando Brant

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso analisou as violações de direitos humanos e fundamentais decorrentes da transfobia, pautando-se nos princípios de um Estado Democrático de Direito e nos tratados internacionais de direitos humanos. Perpassou-se o estudo de gênero e sua classificação binária entre feminino e masculino, afirmando a existência de uma não identificação de gênero com o sexo biológico. Identificou-se, inclusive, a diferença substancial entre orientação sexual e identidade de gênero. Este estudo também analisou a universalidade dos direitos humanos identificando as pessoas Trans como sujeitos de garantias e proteções. Nesse sentido, o conceito da personalidade como direito fundamental também é discutido. Partindo do fato de que o Brasil é líder no *ranking* mundial de assassinatos de pessoas Trans, fez-se um levantamento de dados sobre a violência transfóbica, identificando as características dos crimes de ódio. O trabalho encerra-se discorrendo sobre o papel estatal diante das violações sofridas pelo grupo vulnerável de pessoas Trans, em especial mulheres trans e travestis. Utilizou-se, neste estudo, o método hipotético-dedutivo e, quanto às técnicas de pesquisa, manejou-se a documental indireta com levantamento de dados realizado mediante pesquisa documental. No que se refere à pesquisa bibliográfica, fez-se uma revisão sistemática relacionada ao tema, como por exemplo, livros, artigos científicos, teses, dissertações, monografias e periódicos, almejando novas conclusões sobre o assunto tratado.

Palavras-chave: Gênero. Identidade de gênero. Transfobia. Violência Transfóbica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 IDENTIDADE DE GÊNERO	11
<i>1.1 Cisgênero, transgênero e a expressão da identidade.....</i>	<i>14</i>
1.1.1 Orientação sexual e identidade de gênero	17
<i>1.2 Identidade e expressão de gênero como direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade</i>	<i>19</i>
2 DIREITOS UNIVERSAIS: PESSOAS TRANS COMO SUJEITOS DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS.....	29
<i>2.1 A transfobia como violação do direito à vida</i>	<i>38</i>
3 O BRASIL E A VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA	45
<i>3.1 Os números da transfobia</i>	<i>52</i>
<i>3.2 O papel do Estado na proteção das pessoas Trans.....</i>	<i>59</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

A discriminação em decorrência da diversidade no âmbito da identidade de gênero, no Brasil, atinge níveis preocupantes que se materializam em violações de direitos humanos e fundamentais das pessoas Trans. A motivação dos crimes que envolvem essa problemática transcende o conceito de crime comum e encontra abrigo no crime de ódio.

São assassinatos motivados pela condição da vítima e pelo ódio do agressor ao que foge à normalidade socialmente aceita que ultrapassam o âmbito dos crimes ordinários e afrontam diretamente os princípios constitucionais de um Estado Democrático.

O preconceito em razão da identidade e a expressão de gênero das pessoas Trans – aquelas que não identificam seu gênero com o designado biologicamente – gera discriminação social e intolerância tanto no âmbito familiar quanto no social. Tal marginalização, decorrente das práticas discriminantes, resulta em uma vulnerabilidade desse grupo, sendo as pessoas Trans potenciais vítimas de danos e violações de direitos.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)¹, no relatório publicado em 2015, sobre a violência contra pessoas LGBTI nas Américas, demonstrou a frequente violência enfrentada pela população Trans, a crueldade apresentada nos crimes contra as pessoas LGBTI e reiterou uma atenção especial às mulheres trans, vítimas mais comuns no âmbito dos crimes contra esse grupo vulnerável.

Direitos humanos e fundamentais, de todas as dimensões, vêm sendo mitigados e violados frente à violência perpetrada contra a comunidade Trans. Ressalta-se a dignidade da pessoa humana, o direito à vida, à igualdade, à honra, à imagem, à vida privada, e à felicidade, inerentes a todas as pessoas de forma universal, incluindo, por óbvio, pessoas Trans.

Mostra-se relevante a discussão acerca da problemática apresentada que macula o direito à vida, em todos os seus aspectos protegidos tanto pela Constituição Brasileira, quanto pelos tratados de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário.

A problemática desta pesquisa irá se pautar nas pessoas Trans, isto é, pessoas que se identificam com um gênero distinto daquele que foi estabelecido biologicamente, e que fazem parte de um grupo vulnerável da sociedade. E, além disso, demonstrar como a

¹ Inter-American Commission on Human Rights. Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas / Comissão Interamericana de Direitos Humanos. v. ; cm. (OAS. Documentos oficiais; OEA/Ser.L). Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoaslgbti.pdf>> Acesso em 19 out 2018.

vulnerabilidade social em que se encontram, instrumentaliza-se em uma maior exposição à violência, resultando em violações constantes de direitos e proteções.

Os grupos vulneráveis, em regra, são vítimas de crimes de ódio por parte de grupos tidos como hegemônicos. A intolerância com o que destoa da cisnormatividade e da heteronormatividade, bem como da “coerência” entre o sexo, o gênero e orientação sexual acaba por ocasionar atos lesivos contra vítimas determinadas.

Este estudo visa identificar como a discriminação e os crimes praticados contra as pessoas Trans, tendo a transfobia como motivação, ou seja, a intolerância por pessoas que se afirmam pertencer a um gênero distinto do sexo biológico, materializa a violação aos direitos daquele grupo vulnerável.

Partindo da premissa de que as pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade devem ter seus direitos e prerrogativas também protegidos pelo Estado, fazem-se necessários estudos, levantamentos e análises técnicas a respeito da problemática em questão. Fundamental se faz a construção doutrinária de tal temática, mormente seja tema ainda pouco discutido no Brasil, apesar deste ser o país que lidera o *ranking* mundial de assassinatos de Travestis e Transexuais, conforme a organização não governamental *Transgender Europe*²

São objetivos desta pesquisa: apontar direitos humanos e fundamentais violados na discriminação e crimes contra as pessoas Trans; identificar o que vem a ser transfobia e analisar as violações às prerrogativas fundamentais decorrentes dela, listando casos de crime de ódio motivados pela transfobia; e, finalmente, discutir o papel do Estado diante de tais violações.

Para análise do problema de pesquisa foram observados os preceitos fundamentais do texto constitucional e de normas internacionais no que tange aos direitos humanos. Quanto ao método de abordagem e técnicas de pesquisa, utilizou-se a pesquisa documental indireta, com levantamento de dados mediante pesquisa documental e bibliográfica. Tal pesquisa pautou-se em análise de relatórios, estudos e notícias sobre o tema em questão.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, fez-se uma revisão sistemática relacionada ao tema, através de livros, artigos científicos, teses, dissertações, monografias, periódicos, buscando chegar a novas conclusões sobre o assunto.

O primeiro capítulo faz uma análise geral de conceitos básicos para o estudo do tema aqui abordado. Tal capítulo trata da identidade de gênero, perpassando o seu conceito de

² BALZER, Carsten. LAGATA, Carla. BERREDO, Lukas. 2,190 murders are only the tip of the iceberg – An introduction to the Trans Murder Monitoring project TMM annual report 2016. TvT Publication Series. Vol.14. Berlim. 2016. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>> Acesso em 10 set 2018.

rotulação binária entre masculino e feminino, apresentando traços políticos, sociais e culturais.

Em seguida, diferencia categorias importantes dentro do estudo de gênero. Nesse contexto, o primeiro capítulo analisa o que é ser cisgênero ou ser transgênero e o que se refere à expressão da identidade. Ato contínuo, aborda os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero, diferenciando-os substancialmente. O capítulo primeiro encerra-se abordando a garantia, às pessoas Trans, do direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade.

O segundo capítulo deste estudo analisa os direitos universais, considerando as pessoas Trans como sujeitos de direitos humanos e fundamentais, logo, titular de proteções de âmbito nacional e internacional. Para tanto, faz-se um breve levantamento histórico no âmbito do direito humano internacional e sua diferenciação com os direitos fundamentais pátrios.

Finalmente, o capítulo segundo aborda a transfobia como violação do direito à vida ressaltando que as garantias fundamentais não devem proteger somente o sujeito diante do poder estatal, mas em suas relações privadas também.

O terceiro e último capítulo mostra as características da violência transfóbica no Brasil a partir de levantamento de dados extraoficiais de organizações nacionais e internacionais, afirmando a transfobia como um fenômeno social perigoso, comprovando tal fenômeno por números e dados. Ademais, o derradeiro tópico analisa o papel estatal diante das violações sofridas pela população Trans.

1 IDENTIDADE DE GÊNERO

Tradicionalmente, na língua portuguesa, gênero é definido como sinônimo de sexo. Nesse sentido, adota-se uma perspectiva biológica segundo a qual o gênero masculino refere-se ao sexo masculino e, por conseguinte, o gênero feminino indica o sexo feminino.

Também, o vocábulo gênero, essencialmente gramatical, mostra-se como um termo classificatório. É, basicamente, uma categoria de catalogação de palavras. Já biologicamente, o conceito de gênero é utilizado na classificação científica de agrupamento de organismos vivos, que formam um conjunto de espécies com aspectos semelhantes entre si.

Contudo, o termo “gênero”, a partir da gramática, não se mostrou suficiente em determinar as diferenças comportamentais e biológicas entre os sexos. A posição da mulher na sociedade, ao longo dos anos, levou a estudos mais profundos do que é pertencer ao gênero feminino ou masculino, bem como as respectivas repercussões psicológicas, antropológicas e históricas dessa categorização.

Teresa de Lauretis³, em sua obra “Tecnologia do Gênero”, afirma que nos escritos feministas e nas práticas culturais dos anos 60 e 70, o conceito de gênero como diferença sexual era centro da crítica da representação e do questionamento de teorias de subjetividade e textualidade. Tal autora, na mesma obra, continua a elucidar que as concepções culturais de masculino e feminino como categorias complementares que se excluem mutuamente formam um sistema de gênero, simbólico ou de significações, que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais.

No mesmo sentido, Joan Wallach Scott⁴, na obra “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, explana que, na gramática, gênero é uma forma de classificar fenômenos, e um sistema socialmente consensual de distinções, não uma descrição de traços inerentes.

Nesse contexto, observa-se que a diferenciação de gênero e a rotulação binária deste em masculino e feminino, apresentam traços políticos, sociais e culturais e vão muito além do contexto de similaridade com o sexo biológico.

Butler⁵ acredita que se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. Para esta autora, o gênero é social e cultural, ou seja, é construído, assimilado, figurado e instituído

³ DE LAURETIS, Teresa. *Technologies of gender: Essays on Theory, Film and Fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 209-212.

⁴ SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. vol. 20, nº 2, jul./dez. *Educação & Realidade*. Porto Alegre: 1995. p. 72.

⁵ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

socialmente. E o sexo é insuficiente para determinar os comportamentos “masculinos” ou “femininos”.

No meio social, costuma-se distinguir o feminino do masculino e cria-se, assim, um binarismo que, ao longo da história, desencadeou desigualdades hierárquicas entre os dois gêneros. As consequências dessa categorização tornaram o estudo de gênero essencialmente sociológico e um verdadeiro instrumento de luta na busca da igualdade material entre os sexos.

A estrutura vigente do gênero é fundada no dualismo, quase que compulsório, do feminino - masculino. E vem, desde os primórdios, alimentada pela repetição de ações, gestos, comportamentos que se inserem em um contexto preestabelecido. Dessa forma, percebe-se uma normalização em tratar o gênero como sinônimo de sexo, e um desvio social em qualquer indício que fuja disso.

Joan Wallach Scott⁶ tem uma definição de gênero dividida em duas partes interrelacionadas. A primeira sustenta que aquele é elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos. E a segunda, mais complexa, afirmando o gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos⁷, nesse contexto, afirma:

Sistemas binários de sexo e gênero têm sido entendidos como modelos sociais dominantes na cultura ocidental que considera que o gênero e o sexo incluem somente duas categorias rígidas, quais sejam, os sistemas binários de masculino/homem e feminino/mulher, e excluem aquelas pessoas que não podem se identificar dentro destas duas categorias, como por exemplo, algumas pessoas trans ou algumas pessoas intersexo.

Apesar da importância do estudo sociológico e histórico sobre o significado do gênero e da sua repercussão nas relações de poder ao longo da história das relações humanas, para o presente estudo necessário se faz, tão somente, o entendimento de que há uma binariedade na teorização do gênero que evidenciou uma normatividade bem como uma hierarquização entre o ser feminino e o ser masculino.

Tal sistema, fortificado por instituições sociais de diversas formas e repetição de comportamentos, impossibilitou a abertura de margem na categorização de gênero. Surge, então, a necessidade de compreender a questão da identidade de gênero e, além disso,

⁶ SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. vol. 20, nº 2, jul./dez. Educação & Realidade: Porto Alegre, 1995.

⁷ Inter-American Commission on Human Rights. Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas / Comissão Interamericana de Direitos Humanos. v.; cm. (OAS. Documentos oficiais; OEA/Ser.L). Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoaslgbti.pdf>> Acesso em 19 out 2018.

perceber que há graus de masculinidade e feminilidade e que uma codificação automática não é plausível para a análise desta categoria.

A Lei argentina 26.743⁸, promulgada em 2012, define a identidade de gênero como a vivência interna e individual do gênero que a pessoa se afirma, e esse pode ou não corresponder ao sexo designado no momento do nascimento, veja-se:

Se entiende por identidad de género a la vivencia interna e individual del género tal como cada persona la siente, la cual puede corresponder o no con el sexo asignado al momento del nacimiento, incluyendo la vivencia personal del cuerpo. Esto puede involucrar la modificación de la apariencia o la función corporal a través de medios farmacológicos, quirúrgicos o de otra índole, siempre que ello sea libremente escogido. También incluye otras expresiones de género, como la vestimenta, el modo de hablar y los modales.⁹

A supramencionada lei incorporou a definição de identidade de gênero dada pelos Princípios de Yogyakarta¹⁰ - estes tratam de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero - em idêntico sentido, afirmando que aquela inclui o senso pessoal do corpo e expressões externas de gênero.

Os princípios ditos estão agrupados em um documento redigido por especialistas de diversos países, que se reuniram em 2006, na cidade de Yogyakarta (Indonésia), por iniciativa da Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos visando a aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero.

A noção de identidade de gênero é, em linhas gerais, autoperceptiva. Trata, subjetivamente, da categoria de gênero dentro da qual a pessoa se reconhece, independentemente da classificação intitulada ao nascer, biologicamente. Essa identificação pode aparecer em qualquer estágio da vida.

Percebe-se, diante do exposto, que a noção de gênero abarca muito mais que a diferença entre o masculino e o feminino, e vai muito além de um termo classificatório

⁸ARGENTINA. Lei nº 26.743, de 23 de maio de 2012. Identidad de Género. Información Legislativa y documental. Ministerio de Economía y Finanzas Públicas, Argentina. 2012. Disponível em: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/195000-199999/197860/norma.htm>> Acesso em: 15 de set. de 2018.

⁹ A identidade de gênero é entendida como a experiência interna e individual do gênero como cada pessoa sente, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no momento do nascimento, incluindo a experiência pessoal do corpo. Isso pode envolver a modificação da aparência ou da função corporal por meios farmacológicos, cirúrgicos ou outros, desde que isso seja escolhido livremente. Também inclui outras expressões de gênero, como roupas, modos de falar e maneiras. (Tradução livre da autora)

¹⁰ International Commission of Jurists (ICJ). Yogyakarta Principles - Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity. p. 7-8. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf> Acesso em: 15 de set. de 2018.

gramatical, um conceito fluido social, de representação e de divisão de poder. Aqui, vale a explanação de Lanz¹¹ sobre a autopercepção da identidade de gênero:

Embora a autopercepção da identidade de gênero dependa do equipamento biológico de cada pessoa, feminilidade e masculinidade não podem ser consideradas como determinações biológicas porque não estão no indivíduo e sim na sociedade, uma vez que são atributos estabelecidos no código de conduta de gênero de cada cultura e época. Ou seja, é a sociedade quem decide o que significa ser homem e ser mulher (por exemplo: homem veste calça, é forte, bravo, ativo e racional; mulher veste saia, é meiga, dócil, passiva e emocional), agindo de maneira decisiva, através da educação (sugestão, condicionamento e repressão) para que os machos biológicos se identifiquem como homens, desenvolvendo os padrões de masculinidade desejados pela sociedade, assim como as fêmeas biológicas se identifiquem como mulheres, desenvolvendo os padrões de feminilidade.

Assim, dentro do peso da significação de gênero, encontra-se a identidade personalíssima de cada ser humano em assemelhar ou não o seu gênero com o sexo designado biologicamente, e diante disso, expressar-se.

Parte-se, dessa forma, para explanação de conceitos importantes no estudo do gênero como um todo, superado o conceito binário (masculino e feminino) bem como partindo da premissa de que sexo biológico e gênero não são sinônimos (podem, apenas, coincidir).

1.1 Cisgênero, transgênero e a expressão da identidade

Após uma visão geral sobre a categoria gênero, mister se faz diferenciar conceitos importantes dentro do contexto aqui estudado. Como supradito, a identidade de gênero é forma pela qual a pessoa se enxerga, considerando existir inúmeras possibilidades de identidades e expressões de gênero fora do binário “homem-mulher” ou “masculino-feminino”.

A fim de exemplificação, são algumas das identidades de gênero que divergem do binário homem-mulher, ou seja, identidades transgêneras: transexual, intersexo, *genderqueer*, *crossdresser*, travesti, transformista, andrógino e *dragqueen*. Este estudo utilizará a expressão *trans lato sensu*, para referir-se a todas as pessoas que se identificam com um gênero diferente do designado biologicamente.

Gomes¹², assim como diversos estudiosos da área de identidade de gênero, utiliza as terminologias “cis” e “trans”. Para a autora, cisgênero, ou apenas “cis” são as pessoas que

¹¹ LANZ, Letícia. Dicionário transgênero. Curitiba: Editora Transgente, 2016. p. 12. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B8TVkVCpTCdZUnRDSW5hX0g4a0U/view>> Acesso em 15 set 2018.

se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer. Já transgênero ou somente “trans” são as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado biologicamente.

Amara Moira Rodovalho¹³, em seu artigo ‘Cis pelo trans’, analisa a escolha de tais expressões para o aprofundamento da identidade de gênero e suas comparações valem a transcrição:

Cis, trans: antes de tudo metáforas. Cisjordânia, região que margeia o Rio Jordão. Cisplatina, antigo nome do Uruguai, região que ocupa um dos lados do Rio da Prata. Transamazônica, o que cruza a Amazônia; transatlântico, o que atravessa o Atlântico. Cisalpino, transalpino. A isomeria geométrica da Química Orgânica, onde “cis” são os átomos que, ao dividirmos a molécula ao meio, permanecem de um mesmo lado do plano e “trans” os que permanecem em lados opostos. O próprio dicionário Houaiss, trazendo a etimologia de cis como “da preposição latina de acusativo cis ‘aquém, da parte de cá de’ (por oposição a trans)”. E inúmeros outros exemplos.

Percebe-se, então, a ruptura da barreira sexo-gênero, isto porque tal determinação não é automática. A questão da identidade de gênero, ou seja, ser cis ou trans (já que aqui trabalha-se com esses conceitos de diferenciação), é bem mais sociológica que biológica.

Butler¹⁴ abre o primeiro capítulo da sua obra “Problemas de Gênero”, citando Simone de Beauvoir, na sua famosa afirmação de que não se nasce mulher, torna-se mulher. Dessa forma, enxerga-se o caráter antropológico na seara da identidade de gênero, pois o “tornar-se” mulher requer elementos sociais e pessoais que ultrapassam a determinação biológica.

Todas as pessoas - cis e as trans (utilizando esse termo em sentido amplo, ou seja, englobando as pessoas que não se identificam com o sexo designado biologicamente, em qualquer grau) - sofrem um processo de conformação identitária que perpassa sociabilidade, cultura e a própria singularidade.

Letícia Lanz¹⁵, em 2016, publicou o intitulado Dicionário Transgênero, no qual sintetiza e classifica determinados termos, conceitos e definições a respeito da transidentidade. Vê-se a definição dada por tal dicionário ao termo “cisgênero”:

CISGÊNERO (do grego cis = em conformidade com; conforme + gênero) – a pessoa que se encontra bem ajustada ao rótulo de identidade de gênero (mulher ou homem) que recebeu ao nascer em função do seu órgão genital (macho ou fêmea). Indivíduos

¹² GOMES, Jaqueline J. de. Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos - Transgener(al)idades. Revista e Ampliada, 2ª Ed., Brasília-DF, 2012. p. 10.

¹³ RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. Rev. Estud. Fem. vol.25 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365>> Acesso em 16 set 2018.

¹⁴ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015, p.1

¹⁵ LANZ, Letícia. Dicionário transgênero. Curitiba: Editora Transgente, 2016. p. 12. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B8TVkVCpTCdZUnRDSW5hX0g4a0U/view>> Acesso em 15 set 2018.

cisgêneros estão de acordo, e normalmente se sentem confortáveis, com os códigos de conduta (incluindo vestuário) e papéis sociais atribuídos ao gênero a que pertencem, ao contrário de indivíduos transgêneros que, de muitas e variadas formas, se sentem desajustados em relação aos rótulos de gênero que originalmente receberam ao nascer.

Observa-se que no âmbito do estudo de gênero e, conseqüentemente, da sua identidade e expressão, os conceitos não são fechados, absolutos. Vocábulos como “normalmente”, “geralmente”, “muitas vezes” são comumente encontrados nas definições. Isso porque o caráter do gênero é subjetivo, personalíssimo, e há graus de identificação a depender de cada pessoa e sua singularidade.

O binarismo automático de masculino e feminino, reiterado e enraizado socialmente, deixou de ser regra. A fluidez na subjetividade do que é o gênero, então, permite considerar a existência de pessoas cis e de pessoas Trans e, diante disso, considerar que há graus inclusive nessa contextualização.

Lanz¹⁶, no dicionário supramencionado, aponta que ser cisgênero não é a identidade de gênero, mas a condição sociopolítica-cultural da pessoa em viver conforme a classificação de gênero – homem ou mulher – recebida ao nascer em razão da genitália.

Já ao conceituar o vocábulo transgênero, Lanz¹⁷ defende que esse, assim como cisgênero, não se trata da identidade, mas condição sociopolítica da pessoa que apresenta uma não conformidade, em qualquer grau, temporária ou definitiva, em relação às normas do gênero em que foi dada ao nascer. Nota-se a amplitude do termo transgênero, referindo-se a infinitas categorias que fogem às “oficiais”, quais sejam, homem e mulher.

Percebe-se uma estigmatização reforçada das pessoas transgêneras, inclusive, pela OMS (Organização Mundial de Saúde), que, por 28 anos, considerou a transexualidade como doença, classificando-a como "transtorno de identidade de gênero".

Apenas em 2018, na CID-11 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde), a transexualidade deixa de ser uma "doença mental" e passa a ser considerada "incongruência de gênero".

No site oficial¹⁸ da OMS consta que “A CID-11 será submetida à 144ª Reunião do Conselho Executivo em janeiro de 2019 e à 72ª Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2019 e, após o endosso, os Estados Membros começarão a relatar usando a CID-11 em 1º de janeiro de 2022.”

¹⁶ LANZ, Letícia. Dicionário transgênero. Curitiba: Editora Transgente, 2016. p. 12. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B8TVkVCpTCdZUnRDSW5hX0g4a0U/view>> Acesso em 15 set 2018.

¹⁷ Ibidem p. 22.

¹⁸ Classification of Diseases (ICD). World Health Organization. 2018. Disponível em: <<http://www.who.int/classifications/icd/en/>> Acesso em: 15 set 2018.

Superada a conceituação, de forma geral (já que esse debate é bem mais complexo do que o aqui exposto), do que significa ser cisgênero e transgênero, vale salientar que as identidades de gênero, além de personalíssimas, são exteriorizadas de alguma forma. Como sabido, o indivíduo é o ser social. Logo, a convivência em sociedade faz ocorrer o fenômeno da expressão de gênero.

Nesta linha, a expressão de gênero é, basicamente, a manifestação externa da identidade de gênero assumida por uma pessoa. E exemplos da exteriorização dessa identidade são as condutas e as atitudes (um aparato comportamental) do indivíduo no meio em que vive e nas relações sociais que estabelece.

Em apertada síntese, a expressão de gênero é a gama comportamental do indivíduo socialmente e a atribuição desse comportamento a determinada categoria de gênero existente, como se observa:

External manifestations of gender, expressed through a person's name, pronouns, clothing, haircut, behavior, voice, and/or body characteristics. Society identifies these cues as masculine and feminine, although what is considered masculine or feminine changes over time and varies by culture. Typically, transgender people seek to align their gender expression with their gender identity, rather than the sex they were assigned at birth.^{19, 20}

No âmbito do gênero, então, tem-se a questão subjetiva da identidade, esta autoperceptiva, autointitulada e, ainda que influenciada externamente, personalíssima. E, em outro plano, a questão objetiva da expressão, que, em breve análise, refere-se à exteriorização e até a uma materialização da identidade de gênero. É a resposta dada à sociedade e a si mesmo sobre a identidade existente.

1.1.1 Orientação sexual e identidade de gênero

Ao abordar gênero e sexualidade, categorias interligadas, porém distintas, é comum a confusão entre os institutos da orientação sexual e da identidade de gênero. Não se pretende, neste estudo, contudo, o aprofundamento de tais questões. Contudo, é importante que esses conceitos sejam claramente diferenciados para melhor compreensão do tema aqui abordado.

¹⁹ Glaad Media Reference Guid. 10th Edition. 2016. Disponível em: <<https://www.glaad.org/reference>>. Acesso em 15 set 2018.

²⁰ Manifestações externas de gênero, expressas através do nome de uma pessoa, pronomes, roupas, corte de cabelo, comportamento, voz e / ou características do corpo. A sociedade identifica essas pistas como masculinas e femininas, embora o que é considerado masculino ou feminino mude com o tempo e varie de acordo com a cultura. Normalmente, as pessoas transgêneras buscam alinhar sua expressão de gênero com sua identidade de gênero, em vez do sexo que lhes foi atribuído no nascimento. (tradução livre da autora).

Os Princípios de Yogyakarta²¹ trazem a necessária conceituação dos termos supramencionados afirmando, primeiramente, que “a orientação sexual e a identidade de gênero são essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa e não devem ser motivo de discriminação ou abuso.” No referido documento consta, ainda:

1) Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. 2) Compreendemos identidade de gênero a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.²²

Nota-se, portanto, a clara diferenciação entre o significado de orientação sexual e o de identidade de gênero. A confusão que se verifica no senso comum pode residir no fato de que esses institutos estão interligados diretamente com as questões de sexualidade e corpo. Mas esses não são sinônimos tampouco antagônicos, são, tão somente, conceitos distintos.

A orientação sexual refere-se à atração emocional, sexual (ou ambas) de uma pessoa em relação ao gênero da outra. Para exemplificar, entre outros, afirma-se heterossexual a pessoa que sente atração sexual por alguém do gênero “oposto” ao seu; homossexual aquele que apresenta atração sexual por pessoas do mesmo gênero com o qual se identifica e bissexual quem sente atração sexual por ambos os gêneros tidos como “oficiais” (homem e mulher).

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no relatório “Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas”²³, publicado em 2015, afirma que “a orientação sexual de uma pessoa é independente do sexo que lhe foi atribuído ao nascer, e independente de sua identidade de gênero.”

A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui, inclusive, precedente²⁴ ao defender que a orientação sexual é “vinculada ao conceito de liberdade e à possibilidade de

²¹ International Commission of Jurists (ICJ). Yogyakarta Principles - Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity. p. 7-8. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf> Acesso em: 15 de set. de 2018.

²² International Commission of Jurists (ICJ). Yogyakarta Principles - Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity. p. 7-8. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf> Acesso em: 15 de set. de 2018.

²³ Inter-American Commission on Human Rights. Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas / Comissão Interamericana de Direitos Humanos. v. ; cm. (OAS. Documentos oficiais; OEA/Ser.L). Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoaslgbti.pdf>> Acesso em 19 out 2018.

²⁴ Corte IDH. Caso Karen Atala Riffó e filhas Vs. Chile. Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 24 de fevereiro de 2012. Série C nº. 239. parágrafo. 136. Disponível em:

todo ser humano de se autodeterminar e de escolher livremente as opções e circunstâncias que dão sentido à sua existência, conforme suas próprias opções e convicções.”

No mesmo sentido, o Conselho Federal da OAB, por meio da Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero, apresentou o Anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero, no qual se visa a promoção da inclusão de todas as pessoas e o combate e criminalização da discriminação e da intolerância por orientação sexual ou identidade de gênero.

Para os efeitos de tal anteprojeto, entende-se por orientação sexual a “capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.”²⁵

Já em relação a identidade de gênero, o anteprojeto de autoria de Maria Berenice Dias, que pretende emendar a Carta Magna e alterar dispositivos do ordenamento jurídico infraconstitucional, segue as linhas traçadas internacionalmente, já citadas, e afirma que identidade de gênero diz respeito a experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento.

Dessa forma, as classificações de gênero e de orientação sexual não se confundem ou se complementam de modo que existem, a título de exemplo, mulheres trans heterossexuais, bissexuais e homossexuais, uma vez que a identificação com um gênero distinto do designado biologicamente não reflete nem muito menos define a orientação sexual de determinada pessoa.

Resta cristalina a distinção entre identidade de gênero e orientação sexual que se interligam em parte por serem ramos no estudo do gênero, da sexualidade e da expressão do corpo humano, mas separam-se em conceitos diferentes sobre os quais repousa o perigo da estigmatização quando da ignorância dos mesmos.

1.2 Identidade e expressão de gênero como direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade

<<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/c0dec043db9e912508531a43ab890efb.pdf>> Acesso em 16 set 2018.

²⁵ DIAS, Maria Berenice. Anteprojeto estatuto da diversidade sexual e de gênero. Conselho Federal da OAB. 2011. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7302364&disposition=inline>> Acesso em 27 de set. 2018.

“Da dignidade humana [...] decorre, entre outros, o livre desenvolvimento da personalidade, isto é, o direito de todo indivíduo de escolher, de maneira livre e autônoma, como viver sua vida (...)”²⁶. A Suprema Corte de Justiça da Nação do México expressamente elucidou que o desenvolvimento da personalidade do indivíduo é herança direta da dignidade humana.

No caso *Atala Riffo e Crianças Vs. Chile*²⁷, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em importante decisão, cita a Corte Constitucional da Colômbia que aborda o direito à personalidade, presente, inclusive, na Constituição Política do mesmo país:

(...) o direito ao livre desenvolvimento da personalidade, consagrado no artigo 16 da Constituição Política da Colômbia, como o direito das pessoas de “optar por seu plano de vida e desenvolver sua personalidade conforme seus interesses, desejos e convicções, desde que não afete o direito de terceiros nem transgrida a ordem”

Necessário se faz, entretanto, apresentar um panorama geral sobre os direitos humanos e fundamentais ao longo da história, ao menos do pós Segunda Guerra aos dias atuais. Isto porque, após a Segunda Guerra Mundial, houve uma reconstrução daqueles direitos:

O mundo, a partir da década de trinta, havia se tornado desolador, e a desolação só iria aumentar até 1945. O nazismo e os demais fascismos legislaram e agiram contra a Humanidade, praticaram políticas racistas, xenófobas e imperialistas, dividiram pessoas e populações entre as que deveriam viver e as que precisariam ser abolidas, tentaram o extermínio, por métodos industriais, de povos inteiros, e levaram sessenta milhões de seres humanos a morrerem durante a guerra que deflagraram.²⁸

Diante da realidade apresentada no contexto dos regimes nazista e fascista, os direitos humanos até então propagados entraram no que Trindade chama de crise “tanto pela extensão, intensidade e atrocidade das violações ocorridas, como pela afirmação de uma postura de negar validade à postulação de titularidade dos Direitos Humanos para todos.”²⁹

Os direitos humanos conquistados e perpetuados até ali não serviram de limite para as atrocidades cometidas contra o indivíduo. O que se observou foi uma tentativa

²⁶ Suprema Corte de Justiça da Nação do México, Ação de Inconstitucionalidade A.I. 2/2010 de 16 de agosto de 2010, par. 263 e 264. *apud* Corte IDH. Caso Karen Atala Riffo e filhas Vs. Chile. Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 24 de fevereiro de 2012. Série C No. 239, para. 136. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/c0dec043db9e912508531a43ab890efb.pdf>> Acesso em 28 de set. de 2018.

²⁷ Corte IDH. Caso Karen Atala Riffo e filhas Vs. Chile. Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 24 de fevereiro de 2012. Série C nº. 239. parágrafo 136. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/c0dec043db9e912508531a43ab890efb.pdf>> Acesso em 28 de set. de 2018.

²⁸ TRINDADE, José Damião de Lima. Anotações Sobre a História Social dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/damiao_hist_social_dh.pdf> Acesso em 28 de set. de 2018.

²⁹ TRINDADE, José Damião de Lima. Anotações Sobre a História Social dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/damiao_hist_social_dh.pdf> Acesso em 28 de set. de 2018.

violenta de seletividade da humanidade que baseou sua escolha em questões de raça, etnia e outras formas de segregação, como a orientação sexual.

Observou-se, ao longo da vigência dos regimes citados, a colocação de determinado “tipo” de ser humano em predominância sobre outro que deveria ser exterminado visando um bem maior. Essa ideologia foi instrumentalizada em leis e ocasionou em tragédias cometidas contra a pessoa humana. Os direitos humanos não foram observados e, diante disso, precisavam de uma mudança substancial para que houvesse uma real eficácia dos mesmos.

Via-se necessária uma significativa mudança na hermenêutica jurídica após as barbáries cometidas pelo nazismo, embasadas pelo direito em vigor. O Holocausto (extermínio em massa de judeus e outras minorias) ocorreu com um aparato estatal, protegido pelo regime legal vigente. Observa-se:

(...) foi aprovado o chamado “Ato de Habilitação” (*Ermächtigungsgesetz*), conferindo ao gabinete de Hitler o poder de editar normas capazes de alterar até mesmo a Constituição. Foi esse ato, formalmente válido, que deu suporte jurídico para as barbaridades cometidas contra os judeus. As chamadas “Leis de Nuremberg”, aprovadas em 1935, no auge do regime nazista, oficializaram o antissemitismo, proibindo, por exemplo, a união matrimonial, a coabitação e as relações sexuais entre judeus e alemães, além de estabelecer uma divisão social que relegava os judeus a cidadãos de segunda categoria.³⁰

Neste cenário, até o Nazismo, imperava no ordenamento jurídico o positivismo ideológico, o qual determina que o “direito positivo tem uma validade (força obrigatória) e suas normas devem ser obedecidas incondicionalmente pelas autoridades públicas e pelos cidadãos, independentemente de seu conteúdo.”³¹

Tal pensamento tornou-se desprestigiado e foi superado uma vez que os crimes contra a humanidade praticados pelo Nazismo foram fundamentados e baseados nas leis então vigentes, tornando o direito, apesar de necessário, perigoso, quando na mão de tiranos.

Até as fatídicas tragédias da Segunda grande guerra, a lei era o centro da questão. Todavia, com a evidente demonstração de que o conteúdo legal deveria sobrepor a importância do texto escrito, surge uma nova corrente conhecida como pós-positivismo, tendo foco em “inserir na ciência jurídica os valores éticos indispensáveis para a proteção da dignidade humana.”³²

A partir de então, protagonizou-se a dignidade da pessoa humana que passou a ser um metaprincípio, servindo de referência para os demais. O ser humano deixou de ser mais

³⁰ MARMELSTEIN, George. Curso de direitos fundamentais 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018. p.3.

³¹ Ibidem, p.6.

³² Ibidem, p. 9.

um sujeito do ordenamento jurídico para tornar-se o sujeito deste. E, neste diapasão, o direito à personalidade torna-se inerente à condição humana

A referida corrente não deixou de lado a importância da posituação das leis. Porém, deu-se protagonismo aos princípios, estes com o papel de fundamentação e legitimação das regras codificadas. Em apertada síntese, o pós-positivismo procura uma relação entre valores, regras, direitos fundamentais e princípios.

Neste contexto, as Constituições Federais adquiriram significativo espaço na ciência jurídica. Por ser fonte de quase todos os princípios pátrios, essas passaram a ser regra e ter força jurídica, inclusive, em artigos que tratavam apenas de normas gerais e princípios. Dessa forma, passou-se a considerar e aceitar a força normativa constitucional, conforme se observa nas palavras de Marmelstein:

A ordem jurídico-constitucional de diversos países tornou-se centrada na dignidade da pessoa humana, fazendo surgir, dentro da comunidade jurídica, uma verdadeira teoria dos direitos fundamentais, cujas premissas são, em síntese, as seguintes: (a) crítica ao legalismo e ao formalismo jurídico; (b) defesa da posituação constitucional dos valores éticos; (c) crença na força normativa da Constituição, inclusive nos seus princípios, ainda que potencialmente contraditórios; (d) compromisso com os valores constitucionais, especialmente com a dignidade humana.³³

Após a queda do Nazismo alemão e do Fascismo italiano, o sujeito humano foi posto em destaque, bem como os ordenamentos jurídicos – ocidentais – assumiram um compromisso com a dignidade da pessoa humana. Deste princípio, decorrem inúmeros outros nos quais a proporcionalidade, a razoabilidade e a ponderação são utilizados em casos jurídicos concretos em tribunais nacionais e órgãos internacionais.

Nesta seara, os direitos fundamentais, junto às normas principiológicas, começaram a ganhar força. A luta pelos direitos fundamentais, entretanto, aparece na história desde o século XVIII, nas ditas “Revoluções Burguesas”, nas quais os revolucionários reivindicaram liberdade frente ao absolutismo estatal.

Karel Vasak, inspirado pela bandeira francesa, desenvolveu a teoria das gerações dos direitos³⁴. A primeira geração trata justamente dos direitos civis e políticos que surgiram após as mencionadas revoluções burguesas face ao Estado absoluto, o qual resultava em intolerância religiosa, ausência de garantias processuais e de liberdade de expressão.

³³ MARMELSTEIN, George. Curso de direitos fundamentais 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2018. p.13.

³⁴ Ibidem, p. 28.

Sergio Resende de Barros defende que esses direitos “surgiram de forma absoluta para combater a monarquia absoluta. Eram direitos absolutos opondo-se aos reis absolutos: um absoluto contra o outro absoluto”³⁵.

Da primeira geração depreende-se o direito à liberdade, à propriedade, à igualdade (ainda que formal), garantias processuais e direitos políticos. Exemplificando a igualdade formal conquistada, cita-se a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789³⁶: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.”

Ainda que diante de tal disposição, a realidade social apresentava traços de distinção e desigualdade como o voto censitário³⁷, a escravidão³⁸ e a posição de exclusão da mulher³⁹, não sendo a figura feminina sujeito no âmbito de direitos e deveres. A igualdade formal fora precursora, mas as conjunturas das relações humanas careciam de proteções de caráter material.

A segunda geração, então, surge ao apresentar os direitos fundamentais econômicos, sociais e culturais. A referida geração, ao contrário da primeira, impõe uma ação positiva do Estado. Quando no âmbito da liberdade da geração pioneira, a figura do Estado deveria apresentar uma prestação negativa, retirando-se para dar lugar ao sujeito, na segunda, o Estado necessita aparecer para garantir uma melhor qualidade de vida e a dignidade às pessoas, em direitos sociais, buscando efetivar a verdadeira igualdade material.

Os direitos de terceira geração, então, apresentam-se diante do sentimento mundial após os abusos ocorridos no regime nazista. Assim, aparecem na figura da fraternidade entre os Estados e da paz, por exemplo. Conforme aponta Marmelstein:

Ao lado da constitucionalização dos valores ligados à dignidade da pessoa humana, que ocasionou o surgimento dos direitos fundamentais, tem havido, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um movimento mundial em favor da internacionalização desses valores, com base na crença de que eles seriam universais. Em razão disso, é cada vez mais frequente o aparecimento de tratados internacionais, assinados por inúmeros países, proclamando a proteção internacional de valores ligados à

³⁵ BARROS, Sergio Resende de. Direitos humanos da família: dos fundamentais aos operacionais, in Anais - IV Congresso Brasileiro de Direito de Família- Afeto, Ética, Família e o novo Código Civil. Coordenador: Rodrigo da Cunha Pereira. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 609.

³⁶ Declaração de direitos do homem e do cidadão. França. 1789. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>> Acesso em 12 set 2018.

³⁷ SOUSA, Rainer Gonçalves. A revolução de 1848. Mundo Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/a-revolucao-1848.htm>> Acesso 12 set 2018.

³⁸ SAES, Laurent Azevedo Marques de. A primeira abolição francesa da escravidão (4 de fevereiro de 1794) e o problema dos regimes de trabalho. sÆculum - Revista de História: João Pessoa, jul./dez. 2013.

³⁹ SCHMIDT, Joessane de Freitas. As Mulheres na Revolução Francesa. v. 9, nº. 2, Revista Thema. 2012. Disponível em: < <http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/147/67>> Acesso em 15 set 2018.

dignidade da pessoa humana e buscando a construção de um padrão ético global.⁴⁰

Além das gerações supraditas, fala-se, inclusive, em novas gerações de direitos fundamentais, dentro do contexto atual, das novas relações sociais, da biotecnologia da informação, da segurança, entre outros inúmeros temas existentes na atualidade que despertam a atenção jurídica.

Há críticas no sentido de que a terminologia “geração” poderia ensejar uma compreensão errônea de que uma geração substitui a anterior, quando, na verdade, uma geração acrescenta mais direitos e garantias à outra. Ou seja, não se trata de um processo substitutivo, mas acumulativo. A palavra “dimensões” pode aparecer para acabar com esse pensamento equivocado e substituir a terminologia “gerações”. Mazzuoli, assim posiciona-se:

A crítica mais contundente que se tem feito ao chamado sistema geracional de direitos é no sentido de que, se as gerações de direitos induzem à ideia de sucessão – por meio da qual uma categoria de direitos sucede a outra que se finda –, a realidade histórica aponta, em sentido contrário, para a concomitância do surgimento de vários textos jurídicos concernentes a direitos humanos de uma ou outra natureza.⁴¹

A própria essência dos direitos humanos não aceitaria uma conotação do vocábulo “gerações” no sentido de que uma substitui a outra. Essa terminologia foi utilizada para que de forma didática se conseguisse explanar a história do surgimento de cada categoria de direito fundamental, ao longo da história.

Nesse sentido, Schafer⁴² afirma que não ocorre a “sucessão de uma geração pela outra, mas sim a junção de uma nova dimensão de direitos humanos que se une à outra já existente, e assim por diante.”

O desenvolvimento dos direitos humanos é um processo de cumulação no qual os direitos surgem e se estabelecem sem uma ordem estabelecida, Mazzuoli⁴³, inclusive, reitera a que a concepção contemporânea desses direitos é fundada na sua universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relacionariedade.

Apresentado esse panorama geral, pode-se, então identificar a noção de direitos de personalidade como um direito fundamental, inserido no âmbito dos direitos e deveres individuais e coletivos da Carta Magna Brasileira de 1988, quando esta afirma serem

⁴⁰ MARMELSTEIN, George. Curso de direitos fundamentais 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2018. p. 50.

⁴¹ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direitos humanos. 5. ed., rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. p. 54.

⁴² V. SCHÄFER, Jairo. Classificação dos direitos fundamentais: do sistema geracional ao sistema unitário – uma proposta de compreensão. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 39.

⁴³ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direitos humanos. 5. ed., rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

“invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação⁴⁴.”

A norma constitucional brasileira vigente visa proteger o livre desenvolvimento pessoal de todo indivíduo, buscando a proteção máxima contra a intervenção de terceiros na busca pela individualidade plena e suas respectivas expressões. Observa-se, neste cenário, a indenização moral e material decorrente do dano à tal desenvolvimento e a disposição de que a “lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais⁴⁵”.

No âmbito internacional, a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, de 1969, da qual o Brasil é signatário, afirma o direito de toda pessoa ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade⁴⁶.

Certo é que a construção da subjetividade do indivíduo é intimamente relacionada com sua dignidade humana. E, este princípio supremo deve ser observado também no âmbito do direito civil, no que se refere aos direitos da personalidade.

De uma interpretação baseada na constitucionalização do direito civil, clara fica a noção de que a proteção da identidade de gênero, e conseqüentemente a sua expressão, são manifestações inerentes à personalidade humana. Alexandre dos Santos Cunha⁴⁷ assim posiciona-se acerca dos direitos da personalidade:

Os direitos da personalidade são direitos fundamentais do indivíduo, subsumidos no princípio da dignidade da pessoa humana, em si direito fundamental, e, devendo ser alvo da tutela do Estado, são campo de livre exercício da autonomia privada, dela constitutivo, não podendo ser limitados senão tendo em vista a salvaguarda de direitos de terceiros.

Vê-se a clara vinculação do direito à personalidade com a dignidade da pessoa humana, e estes devem alcançar toda e qualquer pessoa. Renan Lotufo⁴⁸ reitera que os direitos da personalidade fazem parte de um “mínimo imprescindível para o ser humano desenvolver-se dignamente”.

Ocorre que ainda que exista um direito positivado – nacional e internacional – garantindo direitos fundamentais, inclusive à personalidade, a todas as pessoas, sem

⁴⁴ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

⁴⁵ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

⁴⁶ COSTA RICA. Convenção Americana Sobre Direitos Humanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm> Acesso em 16 set. 2018.

⁴⁷ CUNHA, Alexandre dos Santos. Dignidade da Pessoa Humana: Conceito Fundamental do Direito Civil. In: MARTINS-COSTA, Judith (org.). A Reconstrução do Direito Privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 261.

⁴⁸ LOTUFO, Renan. Curso Avançado de Direito Civil vol. 1 Parte geral. 2ª ed. São Paulo: Rt, 2003. p. 81.

distinções de qualquer natureza, no tocante ao direito à personalidade, entre outros, as pessoas Trans encontram-se à margem desta proteção.

A título de exemplos, nota-se que a retirada da transexualidade da lista de doenças mentais da OMS só ocorreu muito recentemente⁴⁹, como já dito neste estudo; a questão do nome social das pessoas Trans apresenta conquistas também muito novas, como é o caso do Decreto nº 8.727⁵⁰, de 2016, o qual dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Um marco para a concretização do direito fundamental à personalidade das pessoas Trans foi a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275. A decisão possibilitou a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo, segue trecho da decisão:

O Tribunal, por maioria (...) julgou procedente a ação para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/73, de modo a reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil.⁵¹

No mesmo sentido, qual seja, o de dar amplitude máxima aos princípios democráticos, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidiu que as cotas de candidatos dos partidos políticos são de gênero, e não de sexo biológico. A decisão deu nova interpretação ao disposto no § 3º do artigo 10 da Lei nº 9.504⁵².

Tal decisão foi a resposta a uma consulta pública formulada pela Senadora Maria de Fátima Bezerra e em seu bojo, o Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto reafirma que:

é imperioso reconhecer que o nosso sistema atual ainda se mostra aquém da realidade social e política do país, por não garantir idêntico tratamento às outras categorias de gênero que se apresentam no mundo inteiro, a exemplo das pessoas

⁴⁹ El País. OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html> Acesso em 17 set 2018.

⁵⁰ BRASIL. Decreto-lei nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm> Acesso em 23 out 2018.

⁵¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 4275/DF – Distrito Federal. Relator: Ministro Marco Aurélio. Consultar Processo eletrônico. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2691371>>. Acesso em: 18 set 2018.

⁵² § 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.

denominadas transexuais – que já lograram importantes conquistas no âmbito do direito civil e dos direitos fundamentais, e ainda lutam por outras tantas.⁵³

Diante de uma realidade com poucas e recentes vitórias, a população Trans *lato sensu* sofre as consequências de uma histórica exclusão social na defesa da expressão e identidade de gênero, ainda que estes institutos estejam comprovadamente inseridos no rol – não taxativo – dos direitos fundamentais, na figura dos direitos à personalidade.

Os precedentes brasileiros caminham no sentido de preencher a lacuna legal quanto ao direito das pessoas Trans à personalidade. Na fundamentação das decisões, observa-se a utilização dos princípios fundamentais bem como dos direitos humanos universais, principalmente no que se refere a dignidade da pessoa humana, como se exemplifica nas decisões dos tribunais superiores citados.

No que diz respeito aos direitos da personalidade, Gonçalves⁵⁴ aponta que o reconhecimento desses como categoria de direito subjetivo é reflexo das declarações internacionais de direitos como a Declaração dos Direitos do Homem, de 1789 e de 1948, das Nações Unidas.

Lobo, em consonância com a doutrina majoritária, dá o conceito de direitos da personalidade como direitos não patrimoniais inerentes à pessoa, compreendidos no núcleo essencial de sua dignidade. E reitera que “os direitos da personalidade concretizam a dignidade da pessoa humana, no âmbito civil.”⁵⁵

A importância dos direitos da personalidade ultrapassa o âmbito do direito público e como assegura Rodrigues:

O reconhecimento desses direitos no campo do direito público conduz à necessidade de seu reconhecimento no campo do direito privado; neste caso, encaram-se as relações entre particulares e o jurista se propõe a propiciar meios para defender esses direitos não patrimoniais não mais contra a ação do poder público, mas contra as ameaças e agressões advindas de outros homens.⁵⁶

Os direitos da personalidade residem nos direitos inerentes à pessoa humana. Seu caráter fundamental positivado não os insere em um rol taxativo, pois não é plausível o esgotamento do direito à vida, à liberdade física ou intelectual, ao nome, ao corpo, à imagem e à sua honra. Nesse sentido, os direitos da personalidade são também inalienáveis, intransmissíveis, imprescritíveis e irrenunciáveis.

⁵³ BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral TSE - Consulta nº 0604054-58.2017.6.00.0000. Relator: Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/voto-tarcisio-transgeneros.pdf>> Acesso em 20 de set de 2018.

⁵⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, volume 1: parte geral. 15. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

⁵⁵ LÓBO, Paulo. Direito civil: parte geral. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p 137.

⁵⁶ RODRIGUES, Silvio. Direito civil. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 62

Notória é a percepção de que identidade e expressão de gênero, tanto de pessoas cis, como de pessoas Trans e, também, daquelas que não se identificam com tais termos, são categorias que se inserem em normas no âmbito do direito privado, do direito público, na figura do direito constitucional (como direitos fundamentais), e do direito internacional, instrumentalizado nos direitos humanos.

Diante do exposto, evidente que aos transexuais, travestis, e intersexuais deve ser assegurado o direito à livre expressão da identidade de gênero. Observa-se como urgente a eficácia plena de tais proteções, sendo essencial a construção de um ambiente social propício e seguro para que haja a real manifestação dos direitos personalíssimos das pessoas Trans, sem prejuízo de suas integridades moral e física. Neste cenário, deve haver, também, um sistema estatal aparelhado e preparado para responsabilizar e punir quando do descumprimento dos direitos fundamentais violados.

2 DIREITOS UNIVERSAIS: PESSOAS TRANS COMO SUJEITOS DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS

Após 1945 o mundo ocidental começou um processo de reconhecimento dos direitos humanos. Essa perspectiva foi ainda mais necessária diante das barbáries cometidas durante a Segunda Grande Guerra, como já abordado neste estudo.

Instituições nacionais e órgãos internacionais de interligação entre os países na busca pela cooperação mútua foram surgindo. Essa cooperação supranacional teve e tem seu respaldo em instrumentos de concretização dos direitos humanos e foram transformando o seu aspecto de recomendação para apresentar um caráter mais normativo com força vinculante entre os países membros.

Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a chamada Declaração Universal dos Direitos Humanos marco na história dos direitos humanos de caráter transnacional. Em seu preâmbulo, observa-se a dignidade da pessoa humana, sem qualquer restrição. Vê-se:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo; Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum (...).⁵⁷

A referida declaração representou um significativo passo para que os direitos humanos transpassassem a barreira do direito nacional e se fizessem presente em um âmbito global de cidadania e respeito à dignidade pessoal. Ou seja, representou a universalidade dos direitos da pessoa humana, na qual o sujeito não é o Estado, mas os indivíduos.

Nesse contexto do pós-guerra, observa-se o surgimento de tratados internacionais de direitos humanos e, conseqüentemente, um novo campo do direito: O Direito Internacional dos Direitos Humanos. Nesse âmbito, houve uma reconsideração do que seria a soberania estatal, uma vez que intervenções externas começaram a ser possíveis na defesa dos direitos humanos.

⁵⁷ Organização das Nações Unidas ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em: <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>> Acesso em 22 set. 2018.

Embora a ideia de que os seres humanos têm direitos e liberdades fundamentais que lhes são inerentes tenha há muito tempo surgido no pensamento humano, a concepção de que os direitos humanos são objeto próprio de uma regulação internacional, por sua vez, é bastante recente. (...) Muitos dos direitos que hoje constam do 'Direito Internacional dos Direitos Humanos' surgiram apenas em 1945, quando, com as implicações do holocausto e de outras violações de direitos humanos cometidas pelo nazismo (...).⁵⁸

A declaração supramencionada foi de hercúlea importância pois introduziu o conceito de universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos. De acordo com Flávia Piovesan⁵⁹, universal no sentido de que a condição de pessoa é o requisito único e exclusivo para a titularidade de direitos tendo na dignidade humana o fundamento. E indivisível pois os direitos humanos passaram a ser tidos como uma unidade interdependente e inter-relacionada.

Neste diapasão, com o surgimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos, foram surgindo tratados importantes na efetivação dessa nova fonte jurídica de caráter mundial. Formou-se uma normatividade global de proteção aos direitos humanos. Com instrumentos de alcance geral (que se refere a qualquer pessoa de forma abstrata) e de alcance específico (quando abordam determinadas violações de direitos humanos). Nesse sentido, Cançado Trindade assim se posiciona:

Entendo o Direito Internacional dos Direitos Humanos como o corpus juris de salvaguarda do ser humano, conformado, no plano substantivo, por normas, princípios e conceitos elaborados e definidos em tratados e convenções, e resoluções de organismos internacionais, consagrando direitos e garantias que têm por propósito comum a proteção do ser humano em todas e quaisquer circunstâncias, sobretudo em suas relações com o poder público, e, no plano processual, por mecanismos de proteção dotados de base convencional ou extraconvencional, que operam essencialmente mediante os sistemas de petições, relatórios e investigações, nos planos tanto global como regional. Emanado do Direito Internacional, este corpus juris de proteção adquire autonomia, na medida em que regula relações jurídicas dotadas de especificidade, imbuído de hermenêutica e metodologia próprias.

São exemplos de instrumentos internacionais de direitos humanos o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção contra a Tortura, a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial e a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, que compõem o Sistema de Direitos Humanos da ONU.

Sistemas regionais de proteção aos direitos humanos também foram criados nesse contexto para adaptar os modelos globais às realidades locais, de forma complementar. São exemplos o sistema europeu, o americano e o africano:

⁵⁸ BILDER, Richard B. An overview of international human rights law. In: HANNUM, Hurst (Editor). Guide to international human rights practice. 2. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992, p. 3□5.

⁵⁹ PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. Prefácio de Fábio Konder Comparato. – 10. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 64.

Adotando o valor da primazia da pessoa humana, esses sistemas se complementam, interagindo com o sistema nacional de proteção, a fim de proporcionar a maior efetividade possível na tutela e promoção de direitos fundamentais. A sistemática internacional, como garantia adicional de proteção, institui mecanismos de responsabilização e controle internacional, acionáveis quando o Estado se mostra falho ou omissor na tarefa de implementar direitos e liberdades fundamentais.⁶⁰

Necessário, aqui, salientar a diferença básica entre direitos humanos e direitos fundamentais, adotando uma perspectiva de complementação desses dois institutos, conforme Mazzuoli⁶¹:

De fato, sabe-se que a proteção jurídica dos direitos das pessoas pode provir ou vir a provir da ordem interna (estatal) ou da ordem internacional (sociedade internacional). Quando é a primeira que protege os direitos de um cidadão, está-se diante da proteção de um direito fundamental da pessoa; quando é a segunda que protege esse mesmo direito, está-se perante a proteção de um direito humano dela.

Nesse sentido, uma mesma pessoa é sujeito de direitos humanos e de direitos fundamentais. No primeiro caso, numa perspectiva global materializada nos tratados e convenções internacionais. E, no segundo caso, num contexto nacional, sendo titular das prerrogativas fundamentais conferidas pela Constituição de seu país.

Guilherme Peña de Moraes⁶², inclusive, aborda três características dos direitos fundamentais, quais sejam: inalienabilidade, historicidade e relatividade. Em relação à inalienabilidade Carlos Alberto Maluf posiciona-se:

A inalienabilidade informa que os direitos fundamentais não são subordinados à disposição jurídica, pelos institutos da alienação e renúncia, ou disposição material, pelos instrumentos do abandono e destruição da coisa, de maneira que são nulos, por ilicitude do objeto, os negócios jurídicos que importem transmissão, a qualquer título, dos direitos que visem resguardar a vida biológica, assim como a integridade moral e física.⁶³

No que diz respeito à historicidade, é certo que os direitos fundamentais são objeto de transformações ao longo da história, consubstanciadas nas mudanças e necessidades de proteções aos indivíduos, podendo desaparecer, adaptar-se ou somar-se.

Já em relação à relatividade, Farias⁶⁴ observa que esta se refere à fenomenologia da colisão de direitos fundamentais, buscando a solução na dimensão do peso, pelo

⁶⁰ PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. Prefácio de Fábio Konder Comparato. – 10. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 92.

⁶¹ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direitos humanos. 5. ed., rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. p. 24.

⁶² MORAES, Guilherme Peña. Curso de direito constitucional. 9. ed. reform., rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017.

⁶³ MALUF, Carlos Alberto. Da Cláusula de Inalienabilidade. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1986, p. 34.

⁶⁴ FARIAS, Edilson Pereira de. Colisão de Direitos. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1996.

mecanismo da ponderação, com a finalidade de obter a harmonização entre os direitos em conflito.

Assim, os direitos humanos parecem ser mais abrangentes pois apresentam um caráter abstrato, até porque buscam englobar todos os sujeitos de todas as nações. Já os direitos fundamentais, quais sejam, os positivados no ordenamento jurídico pátrio, são incorporações mais específicas daqueles, somando aos sujeitos prerrogativas e proteções.

O Brasil só iniciou sua participação de forma efetiva no sistema internacional de proteção aos direitos humanos a partir de sua redemocratização, em 1985. A partir daí o Estado brasileiro passou a ratificar diversos tratados internacionais sob a vigência da Constituição Federal de 1988.

A Carta Magna de 1988, conhecida como a constituição cidadã, procurou romper com o modelo autoritário que se fez presente no Brasil nos anos anteriores onde vigorou o regime militar instalado em uma ditadura. O topo da pirâmide normativa estatal deveria representar uma nova fase da história do país, na qual as liberdades individuais e a democracia seriam privilegiadas. Foi o que se observou.

Os princípios têm lugar de destaque na Constituição Federal de 1988, que possui como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. E apresenta, entre outros objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, como se depreende do seu preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (...) ⁶⁵

A lei suprema brasileira não limitou os direitos e garantias aos expressos ali. O seu artigo 5º, § 2º assim determina: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”. ⁶⁶

Assim, seguindo a tendência mundial de cooperação internacional, em 1992, por meio do Decreto 678, o Brasil promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, entrando a referida convenção em vigor no ordenamento jurídico pátrio.

⁶⁵ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

⁶⁶ Idem.

O caráter constitucional das normas internacionais sobre direitos humanos foi dado pela própria Carta Magna em seu artigo 5º, desde 1988. Em 2004, a Emenda Constitucional 45 veio corroborar com esse posicionamento ao estabelecer que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros seriam equivalentes às emendas constitucionais.⁶⁷

Nas palavras de Mazzuoli:

Tecnicamente, os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ratificados pelo Brasil já têm status de norma constitucional, em virtude do disposto no § 2.º do art. 5.º da Constituição, segundo o qual os direitos e garantias expressos no texto constitucional “não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”, pois, na medida em que a Constituição não exclui os direitos humanos provenientes de tratados, é porque ela própria os inclui em seu catálogo de direitos protegidos, ampliando o seu “bloco de constitucionalidade” (...)⁶⁸

Diante do até aqui exposto, observa-se, do pós-guerra aos dias atuais, todo um aparato mundial de protagonismo dos direitos humanos, colocando a dignidade da pessoa humana como centro dos tratados internacionais, de caráter global, regional e nacional. Bem como uma política de instrumentalização da internalização dos direitos universais nos ordenamentos jurídicos nacionais, fazendo o Brasil parte desse processo.

Nesse cenário, encontram-se, entre tantos outros, os direitos universais à igualdade e não-discriminação, à vida, à liberdade, à privacidade. E, no âmbito do estudo sobre identidade de gênero, esses direitos são de essencial destaque.

Os princípios de Yogyakarta, que têm o Brasil como signatário, elencam normas jurídicas internacionais vinculantes de direitos humanos e suas aplicações a questões de orientação sexual e identidade de gênero, confirmando a obrigação primária dos Estados de implementarem tais direitos.

O primeiro princípio trata do direito ao gozo universal dos direitos humanos, veja-se: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Os seres humanos de todas as orientações sexuais e identidades de gênero têm o direito de desfrutar plenamente de todos os direitos humanos.⁶⁹

⁶⁷ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

⁶⁸ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direitos humanos. 5. ed., rev. atual. ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. p. 221

⁶⁹ International Commission of Jurists (ICJ). Yogyakarta Principles - Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity. p.12 Disponível em: <<http://www.yogyakartaprinciples.org/>,2007>. Acesso em 26 de set. de 2018.

Ou seja, a identidade de gênero e a orientação sexual de um indivíduo não pode ser motivação para que exista qualquer distinção quanto à posição desse como sujeito de direitos humanos. Os Estados deverão, entre outras medidas, integralizar suas políticas públicas na busca da efetiva colocação de um indivíduo transgênero como legítimo de proteções gerais e específicas.

O segundo princípio vem como uma complementação do primeiro, afirmando o direito à igualdade e à não-discriminação e sua transcrição mostra-se necessária:

Todas as pessoas têm o direito de desfrutar de todos os direitos humanos livres de discriminação por sua orientação sexual ou identidade de gênero. Todos e todas têm direito à igualdade perante à lei e à proteção da lei sem qualquer discriminação, seja ou não também afetado o gozo de outro direito humano.⁷⁰

Historicamente, na ciência do direito, houve uma distinção entre a ideia de igualdade formal e igualdade material, uma vez que a primeira nivela os diferentes grupos sociais em um mesmo patamar não levando em consideração as diferenças substanciais entre os indivíduos. Dessa forma, grupos vulneráveis apresentam situações de desvantagem em relação a grupos hegemônicos. Nesse sentido, aponta Mazzuoli⁷¹:

pelo princípio da igualdade material ou substancial (implementado a partir do Estado Social) deve-se tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual, na medida de suas desigualdades. Como consequência, todos os que detêm características singulares ou que necessitam de proteção especial em razão de sua fragilidade ou indefensabilidade, passam a merecer o devido amparo (também singular e especial) da ordem jurídica estatal, especialmente por meio de discriminações positivas e ações afirmativas capazes de igualá-los a todas as demais pessoas.

Ou seja, quando os princípios (internacionais e pátrios) tratam da igualdade perante à lei fala-se da igualdade essencialmente material, e não da formal. Ou seja, a necessidade de um tratamento desigual na medida das desigualdades entre os grupos sociais, posição tão conhecida na ciência jurídica, como se observa também nas palavras de Padilha:

Esta espécie de igualdade respeita as características individuais do ser humano. Com isso, busca-se dar tratamento desigual a determinadas pessoas, a fim de que elas tenham as mesmas oportunidades e satisfações de direitos. (...) para que esta igualdade seja utilizada, deve existir algum pressuposto lógico racional que justifique a pseudodesigualdade⁷².

⁷⁰ International Commission of Jurists (ICJ). Yogyakarta Principles - Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity. p.12 Disponível em: <<http://www.yogyakartaprinciples.org/>,2007>. Acesso em 26 de set. de 2018.

⁷¹ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direitos humanos. 5. ed., rev. atual. ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. p. 278.

⁷² PADILHA, Rodrigo. Direito constitucional. 4. ed. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

Celso Antônio Bandeira de Mello, em sua obra “O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade” faz considerações a respeito de tal princípio, e, entre outras conclusões, afirma que:

a lei não pode conceder tratamento específico, vantajoso ou desvantajoso, em atenção a traços e circunstâncias peculiarizadoras de uma categoria de indivíduos se não houver adequação racional entre o elemento diferencial e o regime dispensado aos que se inserem na categoria diferenciada. [...]

O que se encarece, neste passo, é que a isonomia se consagra como o maior dos princípios garantidores dos direitos individuais. *Praeter legem*, a presunção genérica e absoluta é a da igualdade, porque o texto da Constituição o impõe. Editada a lei, aí sim, surgem as distinções (que possam se compatibilizar com o princípio máximo) por ela formuladas em consideração à diversidade das situações. Bem por isso, é preciso que se trate de desequiparação querida, desejada pela lei, ou ao menos, pela conjugação harmônica das leis. Daí, o haver-se afirmado que discriminações que decorram de circunstâncias fortuitas, incidentais, conquanto correlacionadas com o tempo ou a época da norma legal, não autorizam a se pretender que a lei almejou desigualar situações e categorias de indivíduos. E se este intento não foi professado inequivocamente pela lei, embora de modo implícito, é intolerável, injurídica e inconstitucional qualquer desequiparação que se pretenda fazer.⁷³

Diante desse contexto, os Estados devem adotar medidas que protejam o pleno desenvolvimento de pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas, garantindo o exercício dos direitos dessas pessoas, sendo estas consideradas como sujeitos de direitos humanos, não bastando somente a letra da lei afirmar a igualdade, pois ela não é suficiente para tal efetivação. Assim, observa Patrícia Sanches:

Os direitos fundamentais são, ao mesmo tempo, normas de competência negativa para os poderes públicos de não interferirem na esfera individual, mas também fazem surgir o poder para o indivíduo de exercer positivamente os direitos e exigir as omissões. Enquanto os direitos são disposições declaratórias, as garantias fundamentais são disposições assecuratórias, que limitam o poder em defesa dos direitos. Tendo em vista que a dignidade é um conceito amplo, comporta ainda as noções de intimidade e vida privada. Enquanto a primeira exprime relações subjetivas de trato íntimo da pessoa como a família, a vida privada traz a proteção de uma esfera ainda mais abrangente das relações individuais, como as relações profissionais, comerciais etc.⁷⁴

Importante abordar, portanto, a questão das minorias e dos grupos vulneráveis, uma vez que o direito, quando assume o caráter universal, precisa alcançar os sujeitos de todas as parcelas da sociedade, e, histórica e efetivamente, determinadas categorias de pessoas vêm sendo menos protegidas, ainda que diante de instrumentos de proteção positivados.

⁷³ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade. 3ª ed, atualizada, 18ª tiragem. São Paulo: Malheiros Editores, 2000. p. 11.

⁷⁴ SANCHES, Patrícia. A pessoa transgênera e a promoção do direito à identidade de gênero no nome e no sexo civil. In: Direito à diversidade. Carolina Valença Ferraz, Glauber Salomão Leite, (coordenadores) São Paulo: Atlas, 2015. p. 278.

Mazzuoli⁷⁵ aponta que conceitos de “minorias” e “grupos vulneráveis” muitas vezes se confundem, inclusive por, não raramente, as minorias estarem também em situação de vulnerabilidade. Conforme este autor:

Minorias são grupos de pessoas que não têm a mesma representação política que os demais cidadãos de um Estado ou, ainda, que sofrem histórica e crônica discriminação por guardarem entre si características essenciais à sua personalidade (...) grupos de pessoas com uma identidade coletiva própria, que os torna “diferentes” dos demais indivíduos no âmbito de um mesmo Estado (v.g., os povos indígenas, a comunidade LGBTI, os refugiados etc.). Grupos vulneráveis, por sua vez, são coletividades mais amplas de pessoas que, apesar de não pertencerem propriamente às “minorias”, eis que não possuidoras de uma identidade coletiva específica, necessitam, não obstante, de proteção especial em razão de sua fragilidade ou indefensabilidade⁷⁶.

Observa-se, assim, que grupos vulneráveis e minorias não são sinônimos. Quando se fala em minoria, tem-se a ideia de uma deficiência na representação política de grupos que guardam características comuns entre si. É o caso da comunidade LGBTI que se afasta do padrão hegemônico de heteronormatividade aceito socialmente. Já grupos vulneráveis não apresentam uma identidade específica em comum, contudo, têm traços de fragilidade diante da sociedade em geral.

Nas palavras de Antônio Celso Baeta Minhoto, minoria é:

um segmento social, cultural ou econômico vulnerável, incapaz de gerir e articular sua própria proteção e a proteção de seus interesses, objeto de pré-conceituações e pré-qualificações de cunho moral em decorrência de seu distanciamento do padrão social e cultural hegemônico, vitimados de algum modo e em graus variados de opressão social e, por tudo isso, demandantes de especial proteção por parte do Estado.⁷⁷

A universalidade dos direitos humanos em relação a todos os sujeitos sociais possui proteção global, regional e complementação nos ordenamentos jurídicos nacionais. O direito à igualdade e a proibição da discriminação foram consagrados em tratados internacionais desde a Declaração Universal de 1948 e aparecem no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a título de exemplificação.

Porém, mesmo diante de um aparato normativo que coíbe a discriminação e procura universalizar os direitos humanos e fundamentais, observa-se a existência de minorias

⁷⁵ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direitos humanos. 5. ed., rev. atual. ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

⁷⁶ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de direitos humanos. 5. ed., rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. p. 278

⁷⁷ MINHOTO, Antônio Celso Baeta. Religião e Tolerância em Face das Minorias Religiosas: Temas Antigos com Problemáticas Atuais. In: Direitos humanos: proteção e promoção. Daniela Bucci, José Blanes Sala, José Ribeiro de Campos, (coords.). São Paulo: Saraiva, 2012. p. 22.

e grupos socialmente vulneráveis, tanto pela falta de representação política de tais grupos, quanto pela marginalização oriunda de uma diferenciação em relação ao padrão estabelecido na sociedade. Curiel, nesse contexto, reitera:

É preciso que a heteronormatividade seja entendida como um regime político que transcende as experiências sexuais, ainda que as inclua, manifestando-se em questões como, por exemplo: nuclearização da família, papéis sociais esperados do homem e da mulher, binarismo sexual, apropriação e exploração de corpos e de força de trabalho das mulheres, notadamente das mulheres negras e indígenas.⁷⁸

Certo é que os direitos humanos e fundamentais são proteções dadas a todas as pessoas observadas suas peculiaridades e particularidades. Piovesan assegura, nesse sentido, que ao lado do direito à igualdade surgiu como direito fundamental, o direito à diferença importando o respeito à diferença e à diversidade assegurando tratamentos especiais⁷⁹. Continua a autora ao defender que:

Se para a concepção formal de igualdade, esta é tomada como pressuposto, como um dado e um ponto de partida abstrato para a concepção material de igualdade, esta é tomada como um resultado ao qual se pretende chegar, tendo como ponto de partida a visibilidade às diferenças. A ótica material objetiva construir e afirmar a igualdade com respeito à diversidade.⁸⁰

Evidente que as pessoas transgêneras *lato sensu* estão inseridas no contexto das minorias vulneráveis e são universal e indistintamente sujeitos de direitos humanos e fundamentais, uma vez as proteções pátrias e internacionais sobre tais direitos afirmarem a igualdade entre todas as pessoas ao mesmo tempo que protegem a diversidade.

Nesse contexto de igualdade e da proteção da diversidade, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) criou uma unidade especializada na área dos direitos de lésbicas, gays, trans, bissexuais e intersexuais (LGTBI) dentro de sua Secretaria Executiva e reitera essa necessidade por observar:

los problemas sistémicos enfrentados por estas personas en la región incluyen la criminalización, los altos índices de violencia e impunidad relacionada, la discriminación en el acceso a los servicios de salud y justicia y para el acceso a la educación, el sector laboral y participación política, así como la exclusión y la invisibilidad de estas violaciones.^{81 82}

⁷⁸ CURIEL, Ochy. "Género, raza, sexualidad: debates contemporáneos." Colombia: Universidad del Rosario. Disponível em <http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1fd1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf, 2014.> Acesso em 02 out. 2018.

⁷⁹ PIOVESAN, Flavia. Temas de direitos humanos. 10. ed., rev., ampl. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2017.

⁸⁰ Ibidem. p, 368.

⁸¹ Os problemas sistêmicos enfrentados por essas pessoas na região incluem criminalização, altos índices de violência e impunidade, discriminação no acesso a serviços de saúde e justiça e acesso à educação, setor de trabalho e participação política, bem como a exclusão e invisibilidade dessas violações. (tradução livre da autora).

⁸² OEA, más derechos para más gente. Derechos de las personas Lesbianas, Gays, Bisexuales, Trans e Intersex. Disponível em: < <http://www.oas.org/es/cidh/lgtbi/>> Acesso em: 30 set. 2018

Deve haver, porém, necessária cautela em relação à universalidade dos direitos humanos. Essa tendência universalista que requer somente a condição humana para que haja ali um sujeito de proteções é alvo de críticas teóricas no sentido de que essa prática fortaleça sistemas hegemônicos, como se vê:

há que se alertar para o cuidado tangente à adoção de uma concepção universalista radical ou muito forte dos direitos humanos, sob pena de se estar legitimando posições imperialistas, conservadoras, e assolando a soberania estatal que, não obstante flexibilizada pelas “imposições” de uma sociedade global, não pode ser inescrupulosa e absolutamente abortada.⁸³

A universalidade demasiada se mostra perigosa, principalmente, no que se refere a minorias não pertencentes ao padrão social dominante, como é o caso das pessoas Trans. Nesse sentido, Thula Pires entende que:

o mito da universalidade e neutralidade construída e reforçada pelo pensamento eurocêntrico hegemônico se sustentou exatamente pela não nomeação de algumas categorias, ora para mantê-las como representativas do universal, ora para garantir sua rejeição.⁸⁴

Observa-se diante do exposto que do princípio da dignidade da pessoa humana ramificou-se o respeito e a proteção universal à diversidade de todas as pessoas. Logo, as pessoas Trans, assim como todos os indivíduos, apresentam-se como sujeitos de direitos e obrigações tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional, observada a cautela na interpretação do universalismo do direito humano.

A proibição da discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de gênero é uníssona nos ordenamentos jurídicos ocidentais e nas convenções internacionais, devendo os Estados implementarem políticas públicas e ações afirmativas para que se garanta efetivamente as proteções jurídicas, principalmente no que se refere ao direito à vida, à liberdade, à felicidade, à privacidade e à honra das pessoas trans.

2.1 A transfobia como violação do direito à vida

O rol de direitos humanos e fundamentais não se apresenta como exaustivo, tal ideia contrariaria os próprios objetivos de proteção universal a todas as pessoas. Essa deve

⁸³ DA SILVA, Marília Ferreira. PEREIRA, Erick Wilson. Universalismo X Relativismo: Um Entrave Cultural ao Projeto de Humanização Social. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=74105d373a71b517>> Acesso em: 08 out. 2018

⁸⁴ PIRES, Thula. O que significa renunciar a uma categoria? s/p. Disponível em: <<http://emporiadodireito.com.br/leitura/o-que-significa-renunciar-a-uma-categoria-1508244312>> Acesso em: 08 out. 2018.

acompanhar a transformação social bem como as mudanças substanciais que aparecem ao lado das novas conjunturas entre as relações humanas, seja a relação de indivíduo com outro indivíduo, seja a relação verticalizada do Estado com o indivíduo.

Nesse ponto, mister se faz ressaltar que os direitos fundamentais possuem eficácia também em relações privadas. Equívoco acreditar que tais direitos surgiram única e exclusivamente para proteger os indivíduos dos arbítrios estatais. Essa aplicabilidade direta das prerrogativas fundamentais nas relações indivíduo – Estado, é chamada de eficácia vertical dos direitos fundamentais e se mostra incontroversa na doutrina e jurisprudência.

Quanto à eficácia horizontal desses direitos (ou seja, sua aplicabilidade nas relações privadas), surgem teorias. Pedro Lenza destaca duas, como se vê:

eficácia indireta ou mediata: os direitos fundamentais são aplicados de maneira reflexa, tanto em uma dimensão proibitiva e voltada para o legislador, que não poderá editar lei que viole direitos fundamentais, como, ainda, positiva, voltada para que o legislador implemente os direitos fundamentais, ponderando quais devam aplicar-se às relações privadas;
 eficácia direta ou imediata: alguns direitos fundamentais podem ser aplicados às relações privadas sem que haja a necessidade de “intermediação legislativa” para a sua concretização⁸⁵.

Sarmiento, inclusive, entende que o Supremo Tribunal Federal, “mesmo sem entrar na discussão das teses a respeito da forma de vinculação dos particulares, vem aplicando diretamente os direitos fundamentais consagrados na Constituição na resolução de litígios privados”.⁸⁶

Diante do brevemente explanado, nota-se que as garantias fundamentais não protegem somente o sujeito diante do poder estatal, mas o sujeito humano em suas relações privadas, às vezes de forma direta, outras de forma indireta, mas, em qualquer caso, presentes na relação consubstanciada entre os indivíduos sociais.

Neste diapasão, destaca-se que as prerrogativas fundamentais são complementares entre si e possuem na dignidade da pessoa humana um ancestral comum. Nessa linha genealógica de proteções, encontra-se o direito à vida, e observa-se, nas palavras de Andrade:

O direito à vida compõe os direitos do homem, mostrando-se indissociável à dignidade da pessoa humana, razão pela qual a proteção constitucional à vida ser conferida desde a concepção, passando pelo direito de uma gestação respeitada, pelo

⁸⁵ LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 21. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. (Coleção esquematizado). p. 1107.

⁸⁶ SARMENTO, Daniel de Moraes. Direitos Fundamentais e Relações Privadas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 297.

nascimento, chegando até o direito de uma morte digna, momento este que se impõe como o fim da vida⁸⁷.

Diante do exposto até aqui sobre a universalidade dos direitos humanos e fundamentais é inegável a afirmação de que o direito à vida é proteção dada a todas as pessoas sem distinção de qualquer natureza. Nesse sentido, as pessoas Trans são titulares do direito à vida e dos seus desdobramentos.

Além disso, o direito à vida, previsto na Carta Magna de 1988, em seu art. 5º, abrange não somente o direito de não ser morto, ou seja, o direito de continuar vivo, mas também o direito de ter uma vida digna em aspectos que atingem à integridade moral, física, à intimidade, à honra, entre outras proteções fundamentais.

Nesse aspecto a Constituição brasileira procura garantir as necessidades básicas do ser humano e proíbe tratamentos indignos como a tortura⁸⁸, penas de caráter perpétuo⁸⁹, trabalhos forçados e cruéis⁹⁰, por exemplo. Contudo, a vida digna em sua plenitude não se refere apenas aos extremos citados, mas a um aparato capaz de garantir a continuidade da vida bem como seu desenvolvimento de forma livre.

Nesse mesmo sentido, André Ramos Tavares⁹¹ afirma que o direito à vida assume duas vertentes, sendo uma o direito de permanecer existente, que é o direito principal, e outra o direito a um adequado nível de vida. O mesmo autor segue seu posicionamento ao considerar que:

A vida deve ser interrompida apenas por causas naturais, restando proibido que uma pessoa tire a vida de outra. O direito à vida também é um direito à saúde, à alimentação, à educação, e todas as formas que garantam a dignidade da pessoa humana.

Nota-se a clara ligação do direito à vida ao princípio da dignidade da pessoa humana, até porque este último não teria razão de existência sem o seu objeto que se traduz em toda e qualquer pessoa humana.

Nesse ponto, José Afonso da Silva na sua obra “Curso de Direito Constitucional Positivo” sustenta que:

⁸⁷ ANDRADE, Rosana Marçom da Costa. O Direito à Vida e o Princípio da Dignidade Humana. In: Direitos humanos: proteção e promoção. Daniela Bucci, José Blanes Sala, José Ribeiro de Campos, (coords.). – São Paulo: Saraiva, 2012. p. 323.

⁸⁸ Art. 5º, III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

⁸⁹ Art. 5º, XLVII - não haverá penas: b) de caráter perpétuo. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

⁹⁰ Art. 5º, XLVII - não haverá penas: c) de trabalhos forçados; e) cruéis. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

⁹¹ TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 543.

Vida, no texto constitucional (art. 5º, caput) não será considerada apenas no seu sentido biológico de incessante auto atividade funcional, peculiar a matéria orgânica, mas na sua acepção biográfica mais compreensiva. Sua riqueza significativa é de difícil apreensão porque é algo dinâmico, que se transforma incessantemente sem perder sua própria identidade. É mais um processo (processo vital) que se instaura com a concepção (ou germinação vegetal), transforma-se, progride, mantendo sua identidade, até que mude de qualidade, deixando, então, de ser vida para ser morte. Tudo que interfere em prejuízo deste fluir espontâneo e incessante contraria a vida.⁹²

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, desde 1966, protege o direito à vida em seu artigo 6º e afirma a obrigatoriedade da proteção legal daquele. Conforme se observa: “O direito à vida é inerente à pessoa humana. Este direito deverá ser protegido pelas Leis. Ninguém poderá ser arbitrariamente privado de sua vida.”⁹³

A Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil também é signatário, protege a vida em seu artigo 4º, do qual se depreende que toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção e que ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.⁹⁴

Observa-se, entretanto, um fenômeno social de marginalização e estigmatização de indivíduos que não se apresentam conforme os padrões sociais estabelecidos. Esse processo acaba por privar determinados grupos sociais da efetivação dos seus direitos fundamentais, principalmente no que tange ao direito à vida.

Nesse contexto, aparecem, por exemplo, o racismo, o machismo, a homofobia, a LGBTfobia (chamada muitas vezes de homofobia em um sentido amplo), e a xenofobia como verdadeiros fenômenos sociais de exclusão e/ou aversão a determinados grupos. Tais comportamentos resultam em violências direcionadas, atitudes de segregação e preconceito.

Esses fenômenos requerem estudos e análises aprofundadas sobre suas origens, consequências e repercussões sociais. Todavia, este trabalho tem como objeto específico a transfobia e seus desdobramentos em forma de violência.

No Dicionário Houaiss da língua portuguesa “fobia” é designado como:

Fobia s.f. (1890) 1 medo exagerado <de altura> 2 falta de tolerância; aversão <f. deluz> 2.1 PSICOP estado de angústia, impossível de ser dominado, que se traduz por violenta reação de evitamento e que sobrevém de modo relativamente persistente, quando certos objetos, tipos de objeto ou situações se fazem presentes, imaginados ou mencionados [as fobias são classificadas entre as neuroses de angústia, na teoria clássica das neuroses.] ETIM. gr. *phóbos* ou ‘ação de horrorizar, amedrontar, dar medo’ + *ia*, autonomização do el. comp. pospositivo – fobia, muito

⁹² SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 19ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001. p. 199.

⁹³ Organização das Nações Unidas ONU. Pacto Internacional Sobre Direitos Civis E Políticos. 1966. Disponível em: <http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/2_pacto_direitos_civis_politicos.pdf> Acesso em 01 out 2018.

⁹⁴ Organização dos Estados Americanos. Convenção Americana de Direitos Humanos (“Pacto de San José de Costa Rica”), 1969. Disponível em <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm> Acesso em 02 out 2018.

produtivo no port. SIN/VAR ver antonímia de *coragem*. ANT ver sinonímia de *coragem*.⁹⁵

Nessa senda, transfobia é a terminologia utilizada para se referir à aversão ou discriminação de qualquer tipo em relação a pessoas Trans, que, como já dito na primeira parte deste trabalho, são aquelas que não identificam o gênero com o qual lhes foi determinado biologicamente. Aliás, conforme Berenice Bento:

a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”, sendo os transgêneros pessoas que “ousam reivindicar uma identidade de gênero em oposição àquela informada pela genitália e, ao fazê-lo, podem ser capturados pelas normas de gênero mediante a medicalização e patologização da experiência”. Isso porque, de acordo com a autora, enquanto o heterossexismo social afirma que “Os gêneros inteligíveis obedecem à seguinte lógica: vagina-mulher-feminino versus pênis-homem-masculino”, de sorte a institucionalizar o entendimento de que a complementaridade natural provaria, inquestionavelmente, que a humanidade seria necessariamente heterossexual e que os gêneros só teriam sentido quando relacionados às capacidades inerentes de cada corpo (ou seja, uma construção identitária que ligue necessariamente o sexo biológico do homem ao gênero masculino e o sexo biológico da mulher ao gênero feminino), **por conta dessa presunção heterossexista, a transexualidade passa a representar um perigo para estas normas de gênero, “à medida que reivindica o gênero em discordância com o corpo-sexuado.”**⁹⁶ (Grifo da autora)

Verifica-se, então, a transfobia como uma aversão direcionada a pessoas Trans *latu sensu* que pode se materializar no preconceito, no dano físico, psíquico e moral e em crimes motivados única e exclusivamente pela condição da vítima. As pessoas que não se identificam com o gênero atribuído pelo sexo biológico e externam essa identidade de alguma forma veem-se vítimas de uma sociedade violenta contra a diferença.

Adriana Galvão Moura Abílio, nesse contexto, assevera que:

O grande desafio dos estudiosos do Direito é, sem dúvida garantir a efetiva aplicabilidade dos direitos fundamentais, com base em princípios constitucionais que verdadeiramente assegurem a concretização de um Estado democrático de direitos, razão pela qual, urge uma maior atenção à influência dos direitos fundamentais na resolução dos problemas envolvendo a violação de direitos das pessoas trans.⁹⁷

Assim, o Estado possui a tarefa de efetivar os direitos fundamentais, principalmente no que se refere ao direito à vida da população Trans, a qual apresenta características de vulnerabilidade diante de uma sociedade tendenciosa a excluir o que foge do padrão dominante.

⁹⁵ HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 909.

⁹⁶ BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 15, 18, 31-35.

⁹⁷ ABÍLIO, Adriana Galvão Moura. Travestilidade e transexualidade: o reconhecimento jurídico das identidades sociais. Revista Hispeci & Lema On-Line, Bebedouro SP, 7(1): 126-142, 2016. p. 130.

No documento “Assistente social no combate ao preconceito – transfobia”, elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, afirma-se que:

As discriminações à população T, em razão da forma como se exprimem do ponto de vista do gênero, se manifestam desde a infância, na forma de violências, imposições ou de abandono/negligência familiar, de um longo processo de expulsão da escola e de várias outras opressões e violências (inclusive sexuais), muitas vezes sem qualquer tipo de interferência do Estado no sentido de coibi-las.⁹⁸

Nesta seara aparece também o que vem sendo chamado de crime de ódio. Swiebel e Van der Veur⁹⁹ definem os crimes de ódio contra as minorias sexuais como ofensas criminais motivadas pela homo ou transfobia e praticadas contra integrantes dessas minorias ou pessoas percebidas como tal pelo autor do delito.

No Brasil, no ano de 2017, foram registrados 179 assassinatos de pessoas Trans, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Tal associação é uma rede de articulação nacional a fim de desenvolver ações para a promoção de direitos e o resgate da cidadania da população de Travestis e Transexuais.¹⁰⁰

Diante desse cenário, o Brasil apresenta-se como o país onde mais se matam pessoas Trans no mundo, segundo a organização Transgender Europe, que reuniu dados de janeiro de 2008 a dezembro de 2014. Enquanto o segundo lugar, México, aparece com 259 mortes, o Brasil lidera o lastimável *ranking* com 868 assassinatos¹⁰¹. Porém, o levantamento dessa violência será explanado e debatido no capítulo próximo.

A violação do direito à vida das pessoas Trans também é evidenciada na exclusão dessa população no mercado de trabalho. De acordo com uma estimativa feita pela ANTRA, 90% das pessoas Trans recorrem à prostituição de rua ao menos em algum momento da vida¹⁰².

⁹⁸ ALMEIDA, Guilherme. Série assistente social no combate ao preconceito. Caderno 4 – Transfobia. 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>> Acesso em: 01 out. 2018

⁹⁹ SWIEBEL, Joke; VAN DER VEUR, Dennis. Hate crimes against lesbian, gay, bisexual and transgender persons and the policy response of international governmental organizations. *Netherlands Quarterly of Human Rights*, Antuérpia, v. 27, n. 4, dez. 2009, p. 485-524.

¹⁰⁰ BENEVIDES, Bruna. Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasil, 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>> Acesso em: 15 out 2018.

¹⁰¹ Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT) c /o Transgender Europe (TGEU) Kiefholzstr. 2 12435 Berlin, Germany. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>> Acesso em 02 de out. de 2018

¹⁰² Correio Braziliense. Transexuais são excluídos do mercado de trabalho. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>> Acesso em 02 de out. de 2018

Cabe aqui destacar que a dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil e pressupõe respeito integral ao indivíduo com todas as suas diversidades de origem, raça, sexo, cor, idade, credo religioso, orientação sexual ou identidade de gênero. O Estado, porém, vem se mostrando incapaz de proporcionar um ambiente de desenvolvimento completo da população Trans. E quanto a isso, observa-se a direta violação à própria democracia:

A democracia, nesse sentido, é o parâmetro a partir do qual não apenas podem ser avaliadas as condições de realização dos direitos humanos, como também e, sobretudo, é o fundamento sociopolítico para a plena existência da gramática dos direitos humanos. Onde ocorrer a democracia, deve também ocorrer a proteção integral aos direitos humanos. Assim, o avanço da democracia é indicador fundamental de adesão aos direitos humanos. Onde há a violação sistemática de direitos humanos, a democracia também está em risco¹⁰³.

O princípio da dignidade da pessoa humana, elevado a fundamento da República, como reiterado neste, deve garantir à população Trans o direito à vida com todas suas possíveis ramificações como o direito à cidadania, à honra, à liberdade, à privacidade.

Resta indubitável que a transfobia e suas consequências ceifam o desenvolvimento da vida plena das pessoas Trans. Identificar-se e expressar-se socialmente como “transgressora” do binarismo biológico de gênero homem – mulher, coloca essa população em situação de vulnerabilidade e em uma hierarquia inferior em relação aos padrões hegemônicos estabelecidos.

O Estados bem como suas instituições jurídicas e sociais devem dispor de instrumentos capazes a garantir às pessoas Trans, no meio em que vivem, a possibilidade de desenvolver-se plenamente, ou seja, a possibilidade de uma vida digna.

¹⁰³DE SOUZA, Luís Antônio Francisco. Avanços e dilemas dos direitos humanos no mundo contemporâneo IN: BUCCI, Daniela; SALA, José Blanes; DE CAMPOS, José Ribeiro. Direitos humanos: proteção e promoção – São Paulo: Saraiva, 2012. p. 272.

3 O BRASIL E A VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA

“Morreu violentada por que quis
 Saía, falava, dançava
 Podia estar quieta e ser feliz
 Calada, acuada, castrada
 Morreu violentada por que quis
 Saía, falava, dançava
 Podia estar quieta e ser feliz”¹⁰⁴

Este capítulo se inicia com referência a um trecho da música “Mônica”, de composição de Ângela Rô Rô, em meados de 1980, que se apresenta bem atual no contexto da violência contra as mulheres cis e trans. Tal letra ironiza a tendência de culpabilização da vítima, afirmando que caso esta não se expressasse livremente, seria poupada.

Em breves linhas, a compositora conseguiu transmitir a violação do direito à vida, bem como à expressão da identidade e personalidade. A busca pela responsabilização da vítima em razão de crimes motivados pelo ódio e preconceito tende a desvalorizar a mesma e fortalece o sistema de hierarquização existente.

No mesmo sentido, o próprio crime é visto como menos gravoso, uma vez que a responsabilidade do autor é diminuída pela divisão desta com a vítima, o que acarreta em menos sentimento de revolta da população mesmo que diante de trágicos crimes. Em uma pesquisa publicada que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher, observa-se:

Ao fazer um paralelo das falas dos entrevistados masculinos e femininos, observou-se que as policiais femininas dispõem muito mais de um discurso que, muitas vezes, culpabiliza as mulheres em relação à violência, pois, de acordo com elas, as

¹⁰⁴ Trecho da música “Mônica” de composição de Ângela Rô Rô.

mulheres agem de forma provocadora, ou então não se comportam de forma a evitar as práticas violentas.¹⁰⁵

Essa breve e rasa explanação mostra-se necessária já que as violações existentes contra a população Trans se instauram na limitação dessa população em desenvolver-se plenamente, com estrutura social e estatal para isso. E, quando finalmente apresenta-se determinada expressão de sua identidade, existe o risco de que tal expressão seja motivação e justificativa para agressões.

Nesse sentido, a transfobia mostra-se como um fenômeno social perigoso, como se comprovará em números e dados ainda neste tópico. A motivação do autor de uma agressão em decorrência de algum traço da vítima não aceito por ele acarreta no que vem sendo chamado de “crime de ódio”, pela mídia e população em geral e até mesmo por parte da doutrina.

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em sítio eletrônico da unidade de apoio à vítima migrante e de discriminação, conceitua o crime de ódio ressaltando sua peculiaridade em relação a outros tipos de crimes, como se lê:

São entendidos como crimes de ódio todos os crimes contra as pessoas motivados pelo facto de a vítima pertencer a determinada raça, etnia, cor, origem nacional ou territorial, sexo, orientação sexual, identidade de género, religião, ideologia, condição social, física ou mental. Os crimes de ódio são diferentes de outros crimes pelo facto de serem dirigidos não apenas a um indivíduo, mas antes a um determinado grupo com determinadas características específicas. Deste modo, os grupos alvo dos crimes de ódio podem sentir que não são bem-vindos, que não se encontram seguros numa determinada vizinhança, comunidade, escola ou local de trabalho. Normalmente, os perpetradores de crimes de ódio têm como objectivo ameaçar e enviar uma mensagem de ódio a uma comunidade inteira, e sendo membro desta comunidade pode existir um sentimento colectivo de insegurança e medo.¹⁰⁶

O crime de ódio é um fenômeno mundial e no Brasil existe o projeto de Lei nº 7582/2014, ainda em trâmite no Congresso Nacional, que define, de acordo com seu artigo 1º, os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal. O referido projeto em seu artigo 3º dispõe:

Art. 3º Constitui crime de ódio a ofensa a vida, a integridade corporal, ou a saúde de outrem motivada por preconceito ou discriminação em razão de classe e origem

¹⁰⁵ JESUS, Lorena Rodrigues de; SOBRAL, Rita de Cássia Cronemberg. Culpabilização da Mulher: A Perspectiva de Policiais de uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher. *Revista Ártemis*, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017. pp. 196-210.

¹⁰⁶ Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Crimes de ódio. Disponível em: <<https://www.apav.pt/uavmd/index.php/pt/intervencao/crimes-de-odio>> Acesso em 09 out. 2018

social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência.¹⁰⁷

Na justificativa de tal projeto, em trâmite desde 2014, afirma-se que os chamados crimes de ódio são “praticados em razão de preconceito e discriminação sendo as vítimas selecionadas intencionalmente por seu pertencimento a um determinado grupo.”¹⁰⁸ Ou seja, é um crime motivado por alguma condição da vítima. Nesse sentido é fortalecida a posição vulnerável de determinados grupos sociais.

A heteronormatividade, já citada nesse trabalho, é o padrão social hegemônico estabelecido tanto para a questão da orientação sexual, tanto para a questão da identidade de gênero também na realidade brasileira. Tal padrão mostra-se como um modelo político que organiza a vida das pessoas de uma forma socialmente aceitável. Logo, ao não se encaixar em tal modelo, a pessoa torna-se uma potencial vítima do crime de ódio.

E, nesse contexto, apresentar-se como Trans é desviar-se do padrão heteronormativo dominante e aceitar ao não alinhar o gênero autoperceptivo com o designado biologicamente. Aqui destaca-se:

A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho.¹⁰⁹

A violência transfóbica apresenta-se nesse contexto de não aceitação ao afastamento do padrão construído e imposto socialmente. As pessoas Trans *lato sensu* não encontram a semelhança entre a sua identidade de gênero e o designado biologicamente, como já explanado nesse estudo.

Nesse sentido, para Antônio Carlos de Oliveira, “a travestilidade e a transexualidade são significados e significantes importantíssimos nesse debate, uma vez que seus sujeitos materializam as diferenças, desnaturalizando a sexualidade humana por meio de sua imposição biológica.”¹¹⁰

¹⁰⁷ BRASIL. Projeto de Lei 7.582, de 10 de maio de 2014. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=616270>> Acesso em 03 de out. de 2018.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ PETRY, Analídia Rodolpho. MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. s/p. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>> Acesso em: 09 out. 2018.

¹¹⁰ ANTÔNIO, Carlos de Oliveira. MOISÉS, Santos de Menezes. Violência Transfóbica Contra Travestis e Transexuais em Aracaju/Sergipe. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conquer/trabalhos/TRABALHO_EV106_MD1_SA3_ID205_04032018205028.pdf> Acesso em 09 out. 2018.

Inclusive, como se verá adiante, os índices de violência contra a população Trans são mais recorrentes nas vítimas autodeclaradas travestis e mulheres trans. Dessa forma, faz-se necessária uma breve explanação de algumas categorias inseridas dentro da generalidade “transgênera”.

Vale ressaltar que não se pretende aqui conceituar categorias e classificar pessoas de acordo com as suas características. O estudo de gênero e sexualidade não condiz com um pensamento automático de formulação, pois aquele é subjetivo.

O fato de se incluir em determinada categoria é personalíssimo, logo, autodeclarado. Por exemplo, não cabe aqui determinar o que é ser travesti ou transexual, mas explicar de forma geral alguns pontos em comum do que vem sendo tido como transexualidade e travestilidade.

Assim, de acordo com Giovanna Bianca Trevizani, “o indivíduo transexual apresenta uma sensação de desconforto e impropriedade em relação à forma sexual anatômica, manifestando o desejo de viver e também o desejo de aceitabilidade como sexo oposto¹¹¹.”

As pessoas transexuais são aquelas que sentem certa desconexão psíquica com o sexo do seu nascimento, ou seja, há uma dissociação entre seu sexo biológico e sua identidade de gênero. Diante dessa realidade, as pessoas transexuais se utilizam de instrumentos para adaptar o corpo à sua identidade, chegando ou não a fazer a cirurgia de redesignação sexual.

A transexualidade, que engloba homens e mulheres, ocorre quando o indivíduo se identifica com um gênero diferente do que lhe foi designado durante a sua gestação e nascimento. Segundo Jesus (2012, p. 9), “transexuais sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico”. Essa redesignação pode acontecer através de procedimentos cirúrgicos, como a transgenitalização (readequação do órgão genital), mamoplastia e/ou com tratamentos hormonais. Todavia, faz-se importante esclarecer que “ao contrário do que alguns pensam, o que determina a condição transexual é como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico”,¹¹²

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) implementou o chamado “Processo Transexualizador”, que regulamenta os procedimentos para a readequação sexual e se insere

¹¹¹TREVIZANI, Giovanna Bianca. Meu corpo, minhas regras: a transexualidade sob a luz do Direito Constitucional e as lacunas no Estado Democrático de Direito. HomoTransfobia e Direitos Sexuais: Debates e embates contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 90.

¹¹²CHAGAS, Emmily Negrão. NASCIMENTO, Thayana Evelyn Pinto. (IN)VISIBILIDADE TRANS: uma breve discussão acerca da transfobia na vida de travestis e transexuais. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/invisibilidadetransumabrevediscussaoacercadatransfobianavidetravestisetransexuais.pdf>> Acesso em: 15 out 2018.

no contexto da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, segundo o portal do Ministério da Saúde¹¹³.

Essa implementação é um exemplo de política pública efetiva que visa atender as pessoas que sofrem com a incompatibilidade de gênero, quando não há reconhecimento do próprio corpo em relação à identidade de gênero (masculino ou feminino).

Já em relação à travestilidade, não se observa essa desconexão em relação ao corpo, apesar de nesse caso a identidade de gênero se inclinar mais para o sexo oposto, o que é verificado na forma de ser e comportar-se da pessoa.

Jaqueline Gomes de Jesus entende que “são travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero”¹¹⁴. As travestis não sentem a forte necessidade de readequar seus corpos como no caso das pessoas transexuais.

Conforme afirma Pelúcio (2006, p. 3-4) as travestis “são pessoas que nascem com o sexo genital masculino [...] e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos”. A autora traz a ideia de que os corpos das travestis comportam-se com “ambiguidade”, que assumem papéis de ambos os gêneros. São corpos que fogem da heteronormatividade e dos padrões de gênero socialmente construídos.¹¹⁵

No mesmo sentido, Michelle Agnoleti defende a ambiguidade da identidade travesti nesse contexto de nuances de gênero:

Assim, a identidade travesti apresenta-se ambígua em suas performances de gênero, em uma combinação estratégica de elementos culturalmente associados a homens e mulheres. Consciente ou inconscientemente, as travestis embaralham as representações hegemônicas do feminino e do masculino, desempenhando os papéis socialmente prescritos para um e outro gênero de acordo com suas necessidades e conveniências.¹¹⁶

Há, como já dito, diversos graus de não identificação com o gênero imposto biologicamente. Não cabe neste estudo, porém, a determinação de fórmulas de encaixe de

¹¹³ Ministério da Saúde. Processo Transexualizador no SUS. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processo-transexualizador-no-sus>> Acesso em: 15 out 2018.

¹¹⁴ JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília, 2012. E-book disponível em <<https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-GeneroConceitos-e-Termos>> Acesso em: 09 out. 2018.

¹¹⁵ CHAGAS, Emmily Negrão. NASCIMENTO, Thayana Evely Pinto. (IN)VISIBILIDADE TRANS: uma breve discussão acerca da transfobia na vida de travestis e transexuais. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/invisibilidadetransumabrevediscussaoacercadatransfobianavidetravestisetransexuais.pdf>> Acesso em: 09 out. 2018.

¹¹⁶ AGNOLETI, Michelle Barbosa. Travestis: percursos e percalços para a conquista da cidadania. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. p. 65.

peessoas em certa categoria dentro do âmbito do que é ser Trans. Isso porque a identidade é auto declarativa, bem como personalíssima.

Desde o início deste trabalho, utilizou-se a expressão “trans *lato sensu*” para se referir a toda e qualquer pessoa que não se identifica com comportamentos e papéis esperados do gênero que lhes foi determinado em razão do nascimento, cabendo nesse contexto mulheres trans, homens trans, travestis, *drag queens*, entre outras diversas categorias.

Fez-se necessária a diferenciação mais detalhada entre transexuais e travestis, pois irá se observar, ainda neste tópico, um fenômeno de alto índice de violência contra mulheres trans e travestis. Logo, precisou-se esclarecer que os termos não são sinônimos e, apesar de se encaixarem no âmbito de pessoas transgêneras, são distintos substancialmente.

Ressalta-se que a transfobia, materializada na violência transfóbica, foi fortalecida por muito tempo pela categorização patológica da transexualidade. O desvio da norma padrão, no caso a heteronormatividade, era considerada até o presente ano de 2018, pela OMS, como um transtorno mental. Transtornos como a pedofilia e a cleptomania estão inseridos na mesma classificação dada pela OMS para a transexualidade, até a recente retirada desta¹¹⁷.

Vale salientar que a transexualidade foi retirada apenas do âmbito de transtorno mental, permanecendo na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) da OMS na categoria de “incongruência de gênero”. Observa-se:

Nesta atualização, batizada de CID-11, que substitui a CID-10, a transexualidade passa a integrar um novo capítulo intitulado “condições relacionadas à saúde sexual” e é classificada como “incongruência de gênero”. Na edição anterior do catálogo, o termo estava no capítulo sobre “transtornos de personalidade e comportamento”, em um subcapítulo chamado “transtornos de identidade de gênero”¹¹⁸.

Diante desse tratamento dado pela própria medicina, por tantos anos, a estigmatização das pessoas que se viam inconformadas com a relação sexo biológico – gênero legitimou-se ainda mais. Além desse fator, a marginalização social e a não aceitabilidade familiar aumentam a vulnerabilidade dessas pessoas que buscam tão somente o desenvolvimento de sua personalidade em uma sociedade plenamente justa e igualitária. Não é o caso.

¹¹⁷ Revista Fórum. OMS retira transexualidade da sua lista de doenças. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/oms-retira-transexualidade-da-sua-lista-de-doencas/>> Acesso em: 09 out. 2018

¹¹⁸ MARTINELLI, Andréa. HUFFPOST. Após 28 anos, OMS deixa de classificar transexualidade como doença mental. 18/06/2018. Disponível em: < https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/apos-28-anos-transexualidade-deixa-de-ser-classificada-como-doenca-pela-oms_a_23462157/> Acesso em 10 out. 2018.

Na esfera da própria comunidade LGBTI, a população Trans, representada na sigla pela letra “T”, vê-se diante de certa invisibilidade e maior vulnerabilidade. Esse aspecto, inclusive, é revelado no índice de violência contra pessoas Trans. De acordo com relatório publicado pela ANTRA, é maior a chance de uma travesti ser morta do que gays e lésbicas¹¹⁹.

No mesmo sentido, a rede *Transgender Europe*, afirma que “O risco de uma pessoa trans ser assassinada é 14 vezes maior que um homem gay cis”¹²⁰. Logo, notória a vulnerabilidade e exposição à violência das pessoas Trans, inclusive quando comparadas com outros grupos socialmente vulneráveis.

A violência homo e transfóbica é preocupação mundial, uma vez que direitos humanos internacionais são constantemente violados por tais práticas. Em cartilha didática de iniciativa da ONU, na sua campanha “Livres e Iguais”, destaca-se a violência baseada no gênero:

Ataques a pessoas por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero são muitas vezes impulsionados por um desejo de punir aqueles vistos como desafiadores das normas de gênero e são considerados uma forma de violência de gênero. Você não precisa ser lésbica, gay, bissexual, transgênero ou intersexual para ser atacado: a mera percepção de homossexualidade ou de identidade transgênero é suficiente para colocar as pessoas em risco.¹²¹

Roberto Efrem Filho, em seu artigo “A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima”, após narrar a morte seguida do desaparecimento de uma menina de 16 anos de idade, no semiárido paraibano, analisou, ao dialogar com Butler, sobre a questão das “vidas precárias”, conforme depreende-se:

Em seu léxico, Butler se refere a “vidas precárias”. Essa precariedade das vidas, entretanto, contra o que se possa imaginar, não se limita à ideia de uma potência universal para a morte, à certeza de que toda vida é frágil e, ao fim, morrível. Trata-se de bem mais que isso. Corte profundo. A vida somente se faz apreensível diante das circunstâncias em que a sua perda adquire relevância. O valor da vida se dá à importância da perda. A vida é precária porque perdível, mas apenas é perdível se digna de luto. Em outras palavras, a perda precisa ser sentida.¹²²

¹¹⁹ BENEVIDES, Bruna. Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasil, 2018.

¹²⁰ BALZER, Carsten. LAGATA, Carla. BERREDO, Lukas. 2,190 murders are only the tip of the iceberg – An introduction to the Trans Murder Monitoring project TMM annual report 2016. TvT Publication Series. Vol.14. Berlin. 2016. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>> Acesso em 10 out 2018.

¹²¹ United Nations Human Rights. Violência Homofóbica e Transfóbica. Livres & Iguais. Nações Unidas pela Igualdade LGBT. Disponível em: <https://www.unfe.org/system/unfe-42-sm_violencia_homofobica.pdf> Acesso em 15 out 2018.

¹²² EFREM FILHO, Roberto. A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima. Cad. Pagu [online]. 2017, n.50, 175007. Epub July 06, 2017. ISSN 1809-4449. s/p. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500007>> Acesso em 15 out 2018.

Nesse sentido, a violação da vida do outro por diversas vezes não é sentida, logo, não se mostra como digna de luto. Por consequência dessa ausência de indignação, não se observam consequências efetivas para que se evite o mesmo crime, aqui exemplificado o crime de ódio.

O fato de não se ver no outro e não sentir essa morte, e até mesmo desejá-la, como é o caso dos autores dos crimes de ódio, é evidenciado em discursos autoritários nos quais há uma tendência favorável ao extermínio de uma minoria indesejável, mantendo o “poder” nas mãos de grupos hegemônicos socialmente aceitos.

Nesse contexto, fundamentos democráticos como a alteridade e o pluralismo são maculados em sua essência uma vez que grupos vulneráveis se mostram como potenciais vítimas de uma sociedade opressora que torna a população Trans invisível. A visibilidade existente desse grupo oprimido, porém, será demonstrada a partir de agora e aparece de forma violenta.

3.1 Os números da transfobia

Como mulher trans a gente passa a vida ouvindo que somos enganos, mulheres incompletas, homens disfarçados. Nossa vida está sempre por um quase: por um quase nos consideram homem, por um quase nos consideram mulher, por um quase nos consideram gente¹²³.

O Brasil é o país onde mais se mata transexuais e travestis no mundo. Essa afirmação é a conclusão retirada de mapas nacionais e internacionais sobre a violência sistemática contra a população Trans. Nacional e internacionalmente observam-se levantamentos de dados relativos a tal violência que resultam em relatórios e mapas.

No contexto nacional, destaca-se o relatório do mapa dos assassinatos de pessoas Trans publicado pela ANTRA, em 2018, que expõe e analisa os números de mortes de pessoas Trans no Brasil em 2017, além de ter sido utilizado para denunciar o Brasil frente à CIDH, como ainda será abordado neste estudo.

Já no âmbito internacional, a Organização Transgender Europe (TGEU)¹²⁴, diante da violência sistemática e reiterada baseada na identidade de gênero ao redor do mundo, procurou coletar e monitorar dados sobre a violência contra pessoas trans. O projeto “Monitoramento de Assassinato Trans (TMM)” produz relatórios, tabelas e mapas de homicídios de pessoas trans ou motivados pela diversidade de gênero.

¹²³ ANDRADE, Daniela. Meu lugar de mulher trans. Disponível em: <<http://consciencia.blog.br/tag/daniela-andrade>> Acesso em 17 out. 2018.

¹²⁴ Trans Murder Monitoring. “Transrespect versus Transphobia Worldwide” (TvT): Disponível em: <www.transrespect.org/en/research/trans-murder-monitoring/> Acesso em 15 out. 2018.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em 2015, publicou um relatório intitulado “Violência contra Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo nas Américas” diante das crescentes denúncias de crimes motivados pela diversidade de gênero e sexual no continente americano. No relatório, observa-se a preocupação com a situação dos direitos humanos das pessoas LGBTI nas Américas.

Além dos documentos citados, há diversas organizações que apresentam seus relatórios e mapas sobre a violência transfóbica no Brasil e no mundo. Isso porque a violência vivida pela população LGBTI, e mais especificadamente pela população Trans, é uma evidente violação dos direitos humanos que necessita de amparo estatal e, para isso, busca-se, de diversas formas, levantar dados probatórios de tal violação.

A TGEU atualiza frequentemente os resultados do monitoramento e coleta dos homicídios de pessoas Trans ao redor do mundo. Em 2017, a organização publicou um mapa com os assassinatos reportados de pessoas Trans de janeiro de 2008 a setembro de 2017, em 71 países.

Em tal mapa, o Brasil aparece no primeiro lugar da taxa de mortes com 1.071 mortes reportadas. O segundo lugar no trágico *ranking* é o México com 337 mortes. Os Estados Unidos aparecem com 181 mortes no mesmo período e ocupa o terceiro lugar.¹²⁵

Observa-se a predominância do continente americano com um alto índice de violência transfóbica letal. Além disso, o Brasil aparece incontestavelmente em primeiro lugar com um número muito superior ao segundo lugar, inclusive. A TGEU publicou também uma tabela¹²⁶ na qual lista 325 mortes reportadas de pessoas Trans entre outubro de 2016 e setembro de 2017. Nota-se que 171 dessas mortes foram no Brasil, país este que não apresenta nenhuma tendência de diminuição de tal proporção.

A referida tabela é acompanhada de uma lista na qual se publica o nome, a idade, a data, o local e a causa da morte das pessoas Trans, bem como a fonte de retirada de tais dados. Vale salientar que esses são os números absolutos registrados que se consegue captar. Dessa forma os dados podem aparecer diferentes em outros levantamentos. De acordo com a CIDH:

A insuficiente capacitação de agentes de polícia, promotores e autoridades médico-legais também pode ser a causa dos registros imprecisos. Por exemplo, quando as vítimas são pessoas trans, os registros não refletem sua identidade de gênero, senão que indicam o sexo que lhes foi assignado ao nascer. As mulheres trans

¹²⁵ Transrespect Versus Transphobia. Tmm Update – Trans Day Of Remembrance 2017. Disponível em: <http://transrespect.org/wp-content/uploads/2017/11/TvT_TMM_TDoR2017_2008-2017_Map_EN.pdf> Acesso em 15 out 2018.

¹²⁶ Idem.

frequentemente são identificadas nos registros públicos como “homens vestidos com roupa de mulher”. O desconhecimento e a falta de capacitação também podem fazer com que oficiais de polícia e promotores confundam as noções de orientação sexual e identidade de gênero, e portanto identifiquem mulheres trans como “homens gays”.¹²⁷

Há inúmeros casos nos quais o homicídio é registrado com o gênero imposto biologicamente ou aqueles que não são registrados com a correta motivação para o crime, ou seja, esses números são realmente bem maiores. A própria organização afirma ser impossível estimar o número de casos não relatados. No mesmo sentido, mas sobre a violência não letal, afirma a CIDH:

A Comissão Interamericana observa que os baixos índices de denúncias também invisibilizam a violência cotidiana contra as pessoas LGBT, principalmente no que se refere a ataques não letais. Os ataques não letais são o tipo de violência mais comum sofrido por pessoas LGBT em todos os Estados Membros da OEA. Relatórios recebidos pela CIDH de fontes independentes indicam que as pessoas lésbicas, gays bissexuais e trans frequentemente sofrem uma grande variedade de ataques, desde empurrões até pauladas, lançamento de garrafas, pedras ou outros objetos contundentes. Estes atos de violência são tão comuns em algumas partes da região que podem nem ser denunciados, pois são considerados parte da “vida cotidiana” das pessoas LGBT.¹²⁸

Ressalta-se, aqui, que o sistema binário de gênero se apresenta como o modelo socialmente dominante e coloca a cisnormatividade bem como a heteronormatividade em um patamar de superioridade em relação às categorias que fogem de tal conceito. Logo, a violência transfóbica surge como uma forma de punição àqueles não identificáveis com o padrão aceito e imposto:

[...] a CIDH coloca ênfase especial na violência enfrentada por pessoas trans, especialmente por mulheres trans. Como reiterado no decorrer do relatório, a maioria das mulheres trans estão imersas num ciclo de violência, discriminação e criminalização que geralmente começa desde muito cedo, pela exclusão e violência sofrida em seus lares, comunidades e centros educacionais. Esta situação é agravada pela ausência, na maioria dos países da região, de disposições legais ou administrativas que reconheçam sua identidade de gênero. Além disso, como explicado neste relatório, segundo a informação recebida e os dados produzidos pela CIDH, a maioria das mulheres trans assassinadas tem menos de 35 anos de idade e são especialmente vulneráveis à violência perpetrada pelas forças de segurança do Estado, encarregadas de fazer cumprir a lei.¹²⁹

¹²⁷ Inter-American Commission on Human Rights. Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas / Comissão Interamericana de Derechos Humanos. v. ; cm. (OAS. Documentos oficiales; OEA/Ser.L). Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoaslgbti.pdf>> Acesso em 19 out 2018.

¹²⁸ Inter-American Commission on Human Rights. Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas / Comissão Interamericana de Derechos Humanos. v. ; cm. (OAS. Documentos oficiales; OEA/Ser.L). Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoaslgbti.pdf>> Acesso em 19 out 2018.

¹²⁹ Idem.

Nesse contexto e de acordo com os dados das mortes levantados pela ANTRA, travestis e mulheres transexuais são ainda mais vulneráveis à morte violenta e prematura no Brasil. Berenice Bento, inclusive, sugere “nomear os assassinatos cometidos contra a população trans como transfeminicídio, reforçando que a motivação da violência advém do gênero.”¹³⁰

Essa afirmação fundamenta-se uma vez que o levantamento das mortes aponta que mais de 90% dos assassinatos de pessoas Trans ocorreram contra pessoas que se identificam como pertencentes ao gênero feminino. Diante disso, a ANTRA afirma ainda a necessidade de enquadramento de homicídios de travestis e mulheres trans na lei do feminicídio, o que é ponto de debate doutrinário.

Ademais, a ANTRA apresenta seu relatório evidenciando que os assassinatos contra a população Trans ocorrem pela condição da vítima, ou seja, pelo fato de serem Trans. As motivações de tais crimes são o ódio em relação aos corpos que “desafiam a norma”. A associação destaca também os requintes de crueldade contidos nos crimes de ódio que atingem a população Trans no Brasil.

Os dados brasileiros em relação à vida de uma pessoa Trans são preocupantes. A expectativa de vida de um brasileiro cisgênero é de 75,8 anos, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹³¹, enquanto as pessoas Trans têm 35 anos como a mesma expectativa¹³², menos da metade da população em geral.

De acordo com o relatório da ANTRA, em 2017, no Brasil, ocorreram 179 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 169 travestis e mulheres transexuais e 10 homens trans¹³³. Esses números podem não representar a realidade, uma vez existente uma insuficiência na coleta de dados causada pela própria invisibilidade Trans somada à incapacidade e omissão estatal em lidar com a violência transfóbica de forma correta.

Ao analisar o mapa de assassinatos de pessoas Trans no Brasil, a ANTRA também apresentou um *ranking* dos assassinatos por estado proporcional à sua população e a Paraíba

¹³⁰ BENTO, Berenice. BRASIL: País do Transfeminicídio. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf> Acesso em 15 out 2018.

¹³¹ Agência IBGE Notícias. Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,8 anos. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos>> Acesso em 14 out 2018.

¹³² Senado Notícias. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>> Acesso em 14 out 2018.

¹³³ BENEVIDES, Bruna. Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasil, 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>> Acesso em 15 out 2018.

ficou em primeiro lugar, bem como o Nordeste ocupou o primeiro lugar em relação às demais regiões. Além disso, o relatório aponta que a cada 48h uma pessoa Trans é assassinada no país¹³⁴.

O mesmo relatório aponta que 90% da população travesti e transexual faz da prostituição a sua fonte de renda. Esse fato é consequência direta da estigmatização social que exclui tal grupo vulnerável do mercado de trabalho. Dos assassinatos analisados, 70% foi cometido contra mulheres trans e travestis profissionais do sexo e mais da metade desses ocorreu na rua¹³⁵.

De acordo com o relatório da CIDH “as mulheres trans e as pessoas trans com expressão de gênero feminina tendem a ser assassinadas com armas de fogo, e seus corpos geralmente são encontrados em vias públicas ou outros espaços públicos, e às vezes, em situações vinculadas com o trabalho sexual.”¹³⁶

Durante o ano de 2013, a CIDH foi informada de inúmeros homicídios de mulheres trans que eram trabalhadoras sexuais, na sua maioria perpetrados por clientes. As vítimas foram atacadas com pedras na cabeça, apedrejadas até a morte enquanto ofereciam seus serviços, agredidas até a morte com garrafas quebradas, esfaqueadas em seus lugares habituais de trabalho, foram baleadas ao se aproximar de um veículo, e inclusive vítimas de disparos de arma de fogo ao discordar sobre as tarifas.¹³⁷

A morte sistemática de travestis e mulheres trans representa um desejo social de eliminação do que escapa ao padrão. A ação “matar”, nesse caso, significa muito mais do que tirar a vida de determinada pessoa, mas exterminar um grupo diferente do hegemônico estabelecido. É a resposta violenta de uma sociedade opressora. Berenice Bento¹³⁸ assim afirma:

O assassinato é motivado pelo gênero e não pela sexualidade da vítima. Conforme sabemos, as práticas sexuais estão invisibilizadas, ocorrem na intimidade, na alcova. O gênero, contudo, não existe sem o reconhecimento social. Não basta eu dizer "eu sou mulher", é necessário que o outro reconheça este meu desejo de reconhecimento como legítimo. O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das identidades de gênero. A pessoa é assassinada porque além de romper com os destinos naturais do seu corpo-generificado, faz isso publicamente.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Inter-American Commission on Human Rights. Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas / Comissão Interamericana de Direitos Humanos. v. ; cm. (OAS. Documentos oficiais; OEA/Ser.L). Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoaslgbti.pdf>> Acesso em 19 out 2018.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ BENTO, Berenice. BRASIL: País do Transfeminicídio. s/p. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf> Acesso em 15 out 2018.

O que também chama atenção nos levantamentos das mortes de pessoas Trans, no Brasil e no mundo, é a forma que se efetua esse crime de ódio. Quase na totalidade dos assassinatos, observam-se ações de tortura, crueldade e diversas formas brutais de violência. Não basta matar, há uma tendência em punir aquela pessoa antes de tirar a sua vida:

A associação mais comum é com a agressão física, tortura, espancamento e facadas. 85% dos casos os assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade como uso excessivo de violência, esquartejamentos, afogamentos e outras formas brutais de violência. O que denota o ódio presente nos casos. Onde vemos notícias de corpos gravemente mutilados, tendo objetos introduzidos no ânus das vítimas, tendo seus corpos incendiados e jogadas de viadutos.¹³⁹

Tiros, facadas, apedrejamento, decapitação, espancamento são formas de mortes frequentes entre travestis e transexuais. A forma cruel de se retirar a vida é extremamente comum quando as vítimas são pessoas Trans. Apenas em 2018, até a presente data, todas essas formas supracitadas de homicídio contra pessoas Trans foram registradas no Brasil¹⁴⁰.

As mortes violentas que vitimizam travestis e transexuais no Brasil são resultantes de complexas relações e práticas de violência material e simbólica que atravessam de forma simultânea as estruturas sociais, econômicas e culturais e atingem os corpos que transgridem a heteronormatividade compulsória (Butler 1993). As travestis e transexuais são cotidianamente expostas à morte em um processo contínuo de desumanização de suas vidas precárias, conforme Butler (2004).¹⁴¹

Júlia Arruda, travesti, foi degolada em janeiro de 2018. Lohane, também travesti, no mesmo mês foi morta a facadas. Raquel Corsinelly, travesti de 22 anos de idade, foi apedrejada até a morte, ainda em janeiro do corrente ano. Samira foi encontrada morta com sinais de tortura presa aos arames de uma cerca, em Sergipe, também em janeiro¹⁴².

A Relatora Especial da ONU sobre a Violência contra a Mulher indicou que os homicídios por motivo de gênero associados à orientação sexual e identidade de gênero apresentam um grau de violência física grave, que em alguns casos supera aquele encontrado em outros crimes de ódio. A CIDH, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e organizações da sociedade civil referiram-se à crueldade e aos altos níveis de violência por preconceito contra pessoas com orientações sexuais e identidades de gênero não normativas. (...) há numerosos exemplos de homicídios especialmente cruéis, incluindo casos de pessoas apedrejadas, decapitadas, queimadas e empaladas. Muitas vítimas são esfaqueadas ou golpeadas repetidamente até a morte, queimadas com ácido, ou asfixiadas. Algumas das vítimas no Registro foram atropeladas por carros

¹³⁹ BENEVIDES, Bruna. Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasil, 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>> Acesso em 15 out 2018.

¹⁴⁰ IBTE. Instituto Brasileiro Trans de Educação. Observatório de violência. Assassinatos. Disponível em: <<http://observatoriotrans.org/assassinatos>> Acesso em 15 out 2018.

¹⁴¹ SILVA, Joseli Maria. “Quando uma Trans é morta, outras mil se levantam”: Transnecropolítica e Transresistência no Brasil. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>> Acesso em 19 out 2018.

¹⁴² Observatório Trans. Disponível em: <<http://observatoriotrans.org/assassinatos>> Acesso em 16 out 2018.

reiteradamente, mutiladas ou incineradas. Em muitos casos, as vítimas foram assassinadas depois de sofrer horríveis atos de tortura, tratamentos desumanos ou degradantes, e múltiplas formas de extrema humilhação, degradação e estupro.¹⁴³

A lista do observatório do Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) se estende por todo o ano e não há um mês que não apresente um caso de assassinato de pessoas Trans, em sua grande maioria representadas por travestis. O último caso reportado até a presente data é da travesti de 19 anos Gabriela Ramos, encontrada morta por afogamento e sem olhos, em Manaus-AM, no dia 07 de outubro de 2018.¹⁴⁴ O Instituto Médico Legal (IML), em exame preliminar, apontou como *causa mortis* afogamento, porém há claros traços de violência e tortura no corpo da vítima.

A lista de ações transfóbicas não letais também é extensa. A transfobia vai do impedimento à tentativa de utilização de banheiro público a desaparecimento, ameaça, e agressões físicas como tijoladas¹⁴⁵ e espancamento. Além disso, há o levantamento de tentativas de homicídio direcionadas à população Trans. O IBTE já catalogou 43 tentativas de homicídio, apenas em 2018¹⁴⁶.

Os números supramencionados são consequências diretas da vulnerabilidade da população Trans no Brasil. A pessoa Trans faz parte de um grupo não hegemônico socialmente e não representado politicamente. A intolerância social sobre a travestilidade e a transexualidade é refletida nos dados catalogados acima.

A violência sistemática contra a mulher acompanha o gênero feminino também no âmbito da transexualidade e travestilidade. A esmagadora maioria dos assassinatos e lesões são cometidos, quase que diariamente, contra as pessoas que se identificam com o gênero feminino a despeito do sexo biológico, como se observou.

A violência transfóbica, apresentada aqui em números, é um exemplo de crime de ódio na medida que os ataques são direcionados a pessoas determinadas por condições pessoais, no caso pelo fato de serem Trans:

¹⁴³ Inter-American Commission on Human Rights. Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas / Comissão Interamericana de Derechos Humanos. v. ; cm. (OAS. Documentos oficiais; OEA/Ser.L). Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoaslgbti.pdf>> Acesso em 19 out 2018.

¹⁴⁴ NETO, Oswaldo. Causa da morte de travesti encontrada sem os olhos é contestada por familiares. Manaus, AM. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/familia-contesta-afogamento-de-travesti-achada-sem-olhos-na-ponta-negra>> Acesso em 16 out 2018.

¹⁴⁵ MARIN, Ana. Mulher trans de Rio Claro, SP, é agredida a tijoladas por dois homens após sair de bar. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/mulher-trans-de-rio-claro-sp-e-agredida-a-tijoladas-por-dois-homens-apos-sair-de-bar.ghtml>> Acesso em 16 out 2018.

¹⁴⁶ IBTE. Instituto Brasileiro Trans de Educação. Observatório de violência. Assassinatos. Disponível em: <<http://observatoriotrans.org/assassinatos>> Acesso em 15 out 2018.

Os crimes de ódio diferenciam-se dos crimes em geral em razão de sua motivação. Isso porque são praticados contra determinada pessoa em razão da intolerância do agente contra a vítima, em razão dela pertencer a determinado grupo social. Ou seja, são praticados contra determinada pessoa em razão do preconceito do agente contra a vítima, em razão desta pertencer a um grupo social que aquele acha intolerável. É precisamente o caso da transfobia, a saber, as violências (físicas e morais) e discriminações (diretas, indiretas, institucionais etc) contra travestis, mulheres transexuais e homens trans.¹⁴⁷

Em julho de 2017, diante dos alarmantes dados de violência transfóbica no Brasil, o *The New York Times* publicou uma matéria¹⁴⁸ na qual afirma que o Brasil vive uma epidemia de violência contra pessoas LGBT. Resta evidente a violação de direitos humanos e fundamentais na conjuntura atual de ser Trans em um país como o Brasil.

Os dados da violência transfóbica são extraoficiais, uma vez que a preocupação em tratar da forma correta os assassinatos e agressões em geral contra a população Trans está majoritariamente presente em organizações não governamentais e associações de proteção ao direito LGBTI.

Porém, o Estado não pode se omitir em situações nas quais as pessoas têm direitos violados. A proteção quando se mostra insuficiente é inclusive considerada inconstitucionalidade por omissão. Portanto, o papel do Estado na garantia dos direitos humanos e fundamentais será abordado a seguir.

3.2 O papel do Estado na proteção das pessoas Trans

O relatório do mapa de assassinatos de pessoas Trans, publicado pela ANTRA, tem como um dos objetivos a denúncia do Estado brasileiro frente a organizações internacionais de direitos humanos, a exemplo da ONU. Isto porque o Estado brasileiro não pode ser inerte diante da grave violação aos direitos de seus cidadãos, aqui especificadamente às pessoas Trans, e deve ser responsabilizado em caso de omissão.

Observou-se, no tópico anterior, que os crimes contra as pessoas Trans não são casos isolados de violência contra a população em geral. A violência tratada nesse estudo possui vítimas determinadas em razão de suas identidades de gênero. É, em linhas gerais, a forma mais drástica da discriminação, consubstanciada na retirada da vida de um indivíduo determinado.

¹⁴⁷ VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Transfobia e Homofobia Como Crimes de Ódio e a Necessidade de sua Repressão pelo Estado. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>> Acesso em: 20 out 2018. p. 67

¹⁴⁸ JACOBS, Andrew. Brazil Is Confronting an Epidemic of Anti-Gay Violence. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/07/06/world/americas/brazil-anti-gay-violence.html?_r=0> Acesso em 16 out 2018.

Ainda que a violência transfóbica não atinja o ápice de matar, a mesma se constrói em diversos níveis sociais de não aceitabilidade, passando pela família, mercado de trabalho e outros arranjos da vida em sociedade. São exemplos desses níveis os danos morais consequentes de agressões verbais, ameaças, agressões físicas, isolamento e marginalização.

Todas essas ações e reações sociais direcionadas a um grupo específico da população unido por características em comum, qual seja, a identidade de gênero “transgressora” ao padrão, são fatores que maculam as proteções dadas à pessoa, tanto nacional como globalmente.

O livre desenvolvimento da identidade, a liberdade, a igualdade, a vida, a honra e a imagem de sujeitos de direitos humanos e fundamentais vêm sendo violados, e, nesse caso, um estado democrático de direito deve agir positivamente a fim de evitar danos e punir devidamente quaisquer responsáveis por esses.

Nesse diapasão, a ONU, em sua campanha “Livres & Iguais” que visa a igualdade de direitos e tratamento justo para lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersex¹⁴⁹, lançou um livro intitulado “Nascidos Livres e Iguais” com a seguinte finalidade:

ajudar os Estados a compreender melhor as suas obrigações e os passos que devem seguir para cumprir os direitos humanos de pessoas LGBT, bem como para os ativistas da sociedade civil que querem que seus governos sejam responsabilizados por violações de direitos humanos internacionais.

O livro se divide em cinco recomendações dadas pela ONU para os Estados: Proteger as pessoas da violência homofóbica e transfóbica; Prevenir a tortura e o tratamento cruel, desumano e degradante às pessoas LGBT em detenção; Revogar leis que criminalizam a homossexualidade; Proibir a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero e Proteger as liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica para as pessoas intersexo e LBGT.

No tocante à proteção à violência transfóbica e homofóbica, vale a transcrição da obra divulgada pela Organização das Nações Unidas¹⁵⁰:

A violência motivada pelo ódio contra pessoas LGBT é tipicamente perpetrada por pessoas não ligadas ao Estado – indivíduos, grupos organizados ou organizações extremistas. Todavia, falha de autoridades do Estado em investigar e punir este tipo de violência é uma violação da obrigação estatal de proteger os direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal, como garante o artigo 3 da Declaração Universal

¹⁴⁹ Cartilha da ONU em português orienta governos e sociedade civil sobre direitos de comunidade LGBT. ONUBR. Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cartilha-da-onu-orienta-governos-e-sociedade-civil-sobre-direitos-de-comunidade-lgbt/>> Acesso em 17 out 2018.

¹⁵⁰ Organização das Nações Unidas. ONU. Livres & Iguais. Disponível em: < <https://www.unfe.org/pt-pt/>> Acesso em 17 out 2018.

dos Direitos Humanos e os artigos 6 e 9 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

No relatório publicado pela ANTRA, apontou-se que em apenas 10% dos casos de assassinatos de pessoas Trans os suspeitos foram identificados e presos¹⁵¹. O sentimento de impunidade dado pelo Estado em relação a tais crimes fere a proteção à vida dessas pessoas. A omissão e insuficiência estatal no seu direito-dever de punir incentiva o comportamento violento de indivíduos e grupos organizados contra a população LGBTI

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por sua vez, ao referenciar uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos em caso contra o Estado do México, ressalta que:

Os Estados não são imediatamente responsáveis por cada violação de direitos humanos praticada por terceiros ou agentes não estatais sob sua jurisdição. A obrigação de adotar medidas para prevenir violações de direitos humanos praticadas por particulares surge quando o Estado sabe ou deveria saber do risco atual ou iminente em que se encontre uma pessoa ou grupo, em situações nas quais o Estado tenha uma oportunidade razoável de prevenir ou evitar esse risco.¹⁵²

De acordo com o exposto até aqui, são evidentes a vulnerabilidade e a exposição à violência das pessoas Trans ao não se encaixarem às expectativas das normas socialmente definidas e aceitas como hegemônicas. Logo, o Estado, ainda que não diretamente responsável (quando não é o autor do dano), deve atuar no âmbito da prevenção, responsabilização e punição justa. A CIDH recomenda que para isso:

os Estados devem elaborar estratégias transversais, incluindo dentre outras as seguintes ações: criar mecanismos de coleta de dados para analisar e avaliar o alcance e as tendências destes tipos de violência; adotar disposições legais que criminalizem a violência por preconceito contra as orientações sexuais, identidade de gênero não normativas e a diversidade corporal; buscar mecanismos preventivos comunitários; e elaborar e implementar políticas públicas e programas educativos para erradicar os estereótipos e estigmas existentes contra as pessoas LGBTI. Todas estas medidas devem envolver instituições estatais nacionais e estaduais ou distritais de vários setores, desde a polícia e o sistema de administração de justiça até o setor educacional, laboral e de saúde.¹⁵³

¹⁵¹ BENEVIDES, Bruna. Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasil, 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>> Acesso em 15 out 2018.

¹⁵² Inter-American Commission on Human Rights. Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas / Comissão Interamericana de Direitos Humanos. v. ; cm. (OAS. Documentos oficiais; OEA/Ser.L). Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoaslgbti.pdf>> Acesso em 19 out 2018.

¹⁵³ Idem.

A comunidade internacional orienta o sentido no qual os Estados devem seguir para que a proteção dos direitos humanos seja eficiente em relação à diversidade de identidade de gênero e orientação sexual. A ONU elucida:

A obrigação de proteger a vida requer que o Estado efetue as devidas diligências na prevenção, punição, e reparação quando houver privação da vida por grupos privados, inclusive nos casos em que a vítima foi alvo de agressão em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero. Os Estados têm obrigações perante o direito internacional de evitar execuções extrajudiciais, investigar tais assassinatos e levar os responsáveis à justiça. A Assembleia Geral das Nações Unidas, em uma série de resoluções, urgiu aos Estados que “garantissem a proteção do direito à vida de todas as pessoas sob sua jurisdição” e investigasse rápida e completamente todos os assassinatos, incluindo aqueles motivados pela orientação sexual da vítima. **Qualquer falha de um Estado em executar a devida diligência sob este aspecto representa uma violação de suas obrigações perante a lei internacional.**¹⁵⁴ (grifo da autora)

Percebe-se uma tendência internacional em orientar os Estados na sua obrigação em proteger seus indivíduos, de forma plena e sem quaisquer discriminações. Outro exemplo dessa preocupação mundial com as violações de direitos humanos em razão da orientação sexual e identidade de gênero são os chamados “Princípios de Yogyakarta”, já neste estudo citado e, que nas palavras de Mazzuoli:

constituem um evoluído mosaico de 29 princípios que sistematizam os objetivos que os Estados devem perseguir para proteger os direitos das pessoas pertencentes à comunidade LGBTI. Tais Princípios indicam aos Estados a maneira pela qual devem aplicar as normas internacionais de proteção dos direitos humanos às questões de orientação sexual e identidade de gênero, compreendendo que ambas são essenciais à dignidade de cada ser humano, e que, por isso, não podem ser objeto de qualquer discriminação.¹⁵⁵

Internacionalmente, é incontroversa a obrigação dos Estados na garantia dos direitos humanos das pessoas Trans. No âmbito interno, o Brasil se apresenta como um Estado Democrático, logo deve ser priorizada a erradicação das desigualdades sociais de todos os níveis, inclusive, no que se refere à identidade de gênero.

O potencial risco de uma pessoa Trans ser vítima de algum tipo de violência em razão da sua identidade de gênero faz com que surja a obrigação estatal de proteção dessas pessoas, bem como de legislar corretamente a fim de apurar e punir quando esses crimes são cometidos. Além disso, a exclusão desse grupo do mercado de trabalho, a discriminação sofrida em âmbito escolar e a dificuldade em acesso aos serviços de saúde também são fatores que clamam pelo aparo estatal.

¹⁵⁴ Organização das Nações Unidas. ONU. Livres & Iguais. Disponível em: < <https://www.unfe.org/pt-pt/>> Acesso em 17 out 2018.

¹⁵⁵ MAZZUOLI, Valério de Oliveira Curso de direitos humanos. 5. ed., rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. p. 383.

O Estado brasileiro, ainda que lentamente, vem viabilizando proteções e garantias às pessoas Trans. Observa-se uma tendência em reconhecer o nome social das pessoas transexuais e travestis. Essas ações são observadas no âmbito do poder judiciário, em decisões e consultas e, no âmbito do legislativo e executivo, apesar de uma escassez de leis no que se refere aos direitos das pessoas Trans, como determinados decretos e resoluções.

Nesse contexto, em 28 de abril de 2016 entrou em vigor, no Brasil, o Decreto nº 8.727¹⁵⁶ que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em junho do mesmo ano, publicou a Resolução nº 5/2016¹⁵⁷, na qual reconhece o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da OAB. No mesmo sentido do decreto supracitado, tal resolução considera o nome social como “a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente aceita”. Para que o nome social seja inserido na identificação do advogado(a), faz-se necessário um requerimento.

No âmbito eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reconheceu o direito ao nome social no título de eleitor de pessoas transexuais e travestis já para eleições de 2018. Tal autoidentificação foi reconhecida em sessão administrativa em março de 2018. O relator da consulta ao TSE sobre o tema em questão afirmou que “no TSE busca-se favorecer e incentivar a participação político-partidária dos cidadãos transexuais, respeitando-se a sua individualidade e evitando constrangimentos que atentem contra sua dignidade”¹⁵⁸.

Apesar de que o direito ao nome é um grande avanço na efetivação do reconhecimento da personalidade das pessoas Trans, que tem consequências no âmbito jurídico e social, estagnar as políticas públicas nessa garantia não se faz suficiente como proteção do Estado às pessoas travestis e transexuais.

¹⁵⁶ BRASIL. Decreto-lei nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm> Acesso em 23 out 2018.

¹⁵⁷ BRASIL. Resolução nº 5, de 7 de junho de 2016. Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal, Conselho Pleno. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=52&data=05/07/2016>> Acesso em 23 out 2018.

¹⁵⁸ TSE abre prazo para eleitores transexuais e travestis registrarem nome social. Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Abril/tse-abre-prazo-para-eleitores-transexuais-e-travestis-registrarem-nome-social>> Acesso em 23 out 2018.

O Projeto de Lei 5002/2013¹⁵⁹, conhecido como “PL João W. Nery” e “Lei de Identidade de Gênero”, em trâmite no Congresso Nacional, desde 2013, visa contemplar os direitos das pessoas Trans em âmbito federal e de forma mais ampla que o direito tão somente ao nome, englobando, também, o acesso à saúde. O projeto afirma que:

Artigo 1º - Toda pessoa tem direito: I - ao reconhecimento de sua identidade de gênero; II - ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade de gênero; III - a ser tratada de acordo com sua identidade de gênero e, em particular, a ser identificada dessa maneira nos instrumentos que acreditem sua identidade pessoal a respeito do/s prenome/s, da imagem e do sexo com que é registrada neles.

A aprovação do citado projeto, que até o presente momento está aguardando parecer do relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, significaria uma importante conquista para a população Trans brasileira e uma efetiva participação do Estado na garantia dos direitos humanos e fundamentais desse grupo.

O Parlamento do Uruguai aprovou, em 19 de outubro deste ano, uma lei histórica para a população Trans daquele país, que seguirá para promulgação do Executivo. Entre diversas garantias, a lei favorece acesso a moradia e trabalho, prevê combate ativo à discriminação e autoriza mudança no registro civil às pessoas Trans.

Segundo O Globo, “o texto da lei obriga os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, governos departamentais, entidades autônomas e outras repartições públicas que destinem, por ano, 1% de vagas de emprego para esta parcela da população”¹⁶⁰.

Políticas públicas positivas como a lei uruguaia supramencionada são necessárias para que a sociedade seja capaz de possibilitar o pleno desenvolvimento de todas as pessoas, incluindo as pessoas Trans. O Brasil, como dito, possui ações pontuais nesse contexto, porém carece de uma maior abrangência na proteção da população Trans, principalmente no que se refere a um combate mais efetivo da discriminação e da violência transfóbica.

Nesse sentido, também é papel estatal a promoção de políticas públicas que visem à justiça social, criando direitos, reconhecendo e respeitando a diversidade, a fim de garantir proteções e garantias fundamentais às pessoas Trans. Além disso, identificar os responsáveis por crimes de ódio cometidos contra essa população, punindo-os adequadamente diante de um

¹⁵⁹ WYLLYS, Jean. KOKAY, Erika. Projeto de Lei 5002/2013. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>> Acesso em 23 out 2018.

¹⁶⁰ O Globo. Em decisão histórica, Parlamento do Uruguai aprova direitos para transexuais. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/em-decisao-historica-parlamento-do-uruguai-aprova-direitos-para-transexuais-23168030?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo> Acesso 23 out 2018.

aparato legislativo penal preparado e sem lacunas em relação à identidade e expressão de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notam-se, diante do que foi abordado neste estudo, graves violações de direitos humanos e fundamentais decorrentes da discriminação em razão da identidade de gênero. Ao não identificar o gênero com o sexo designado biologicamente, e assim, não seguir o padrão aceito de cisnormatividade, as pessoas Trans veem-se diante de um verdadeiro cerceamento do desenvolvimento livre de suas personalidades.

Como dito, a diferenciação de gênero e a rotulação binária deste em masculino e feminino, apresentam traços políticos, sociais e culturais e vão muito além do contexto de similaridade com o sexo biológico.

Tal categorização, desde os primórdios, é alimentada pela repetição de ações que acaba por tornar hegemônico um padrão heteronormativo, bem como cisnormativo. Assim, percebe-se uma normalização em tratar o gênero como sinônimo de sexo e um desvio social em qualquer indício que fuja disso. Logo, torna-se a população Trans um grupo vulnerável socialmente.

Tem-se que a identidade de gênero é a vivência interna e individual do gênero que a pessoa afirma, e esse pode ou não corresponder ao sexo designado no momento do nascimento. Aquela é personalíssima e a sua expressão mostrou-se, neste estudo, como direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade.

Neste contexto, esse direito fundamental decorre diretamente do princípio máximo da dignidade da pessoa humana. Este princípio, como demonstrado, ganhou força após as barbaridades cometidas na Segunda Guerra Mundial contra indivíduos determinados. Logo, após o fim de tal guerra, o mundo ocidental preocupou-se em colocar o sujeito humano em lugar de protagonismo em relação às proteções jurídicas nacionais e internacionais.

A universalização dos direitos humanos sem distinções coloca todo e qualquer indivíduo como sujeito de direitos e proteções, e as pessoas Trans mostram-se como sujeitos de tais garantias, devendo o Estado proporcionar as condições para que haja uma efetiva proteção desse grupo.

Observou-se que a transfobia e suas consequências ceifam o desenvolvimento da vida plena das pessoas Trans. E que se identificar e expressar socialmente como “transgressora” do binarismo biológico de gênero homem – mulher, coloca essa população como potencial vítima da violência transfóbica.

A violência homo e transfóbica é uma preocupação mundial, e instrumentos de análise e proteção dessas violências sistemáticas vêm surgindo com a finalidade de coibir as violações de direitos decorrentes dessas.

Além disso, fundamentos democráticos como a alteridade e o pluralismo são maculados em sua essência uma vez que grupos vulneráveis se mostram como vítimas de uma sociedade opressora que torna a população Trans invisível e violada.

Finalmente, provou-se que o Brasil é o país onde mais se mata transexuais e travestis no mundo. Os dados alarmantes também apontaram uma maior exposição à violência de mulheres trans e travestis e a tendência de assassinatos em situação de rua, ou seja, uma exposição social dos crimes motivados pela condição da vítima.

Ademais, observou-se o fenômeno de uma violência qualificada contra esse grupo social. Notou-se ações de tortura, crueldade e diversas formas brutais de violência. Há, assim, uma tendência de punição de uma pessoa Trans antes de tirar a sua vida.

Conclui-se que o livre desenvolvimento da personalidade, a liberdade, a igualdade, a vida, a honra e a imagem de sujeitos de direitos humanos e fundamentais vêm sendo violados, e, nesse caso, um estado democrático de direito deve agir positivamente a fim de evitar danos e punir devidamente quaisquer responsáveis por esses.

Logo, faz-se papel estatal a promoção de políticas públicas que visem à justiça social, criando direitos, reconhecendo e respeitando a diversidade, a fim de garantir proteções e garantias fundamentais às pessoas Trans.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Adriana Galvão Moura. **Travestilidade e transexualidade: o reconhecimento jurídico das identidades sociais**. Revista Hispeci & Lema On-Line, Bebedouro SP, 7(1): 126-142, 2016.

Agência IBGE Notícias. **Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,8 anos**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos>> Acesso em 14 out 2018.

AGNOLETI, Michelle Barbosa. **Travestis: percursos e percalços para a conquista da cidadania**. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ALMEIDA, Guilherme. **Série assistente social no combate ao preconceito. Caderno 4 – Transfobia**. 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>> Acesso em: 01 out. 2018.

ANDRADE, Daniela. **Meu lugar de mulher trans**. Disponível em: <<http://consciencia.blog.br/tag/daniela-andrade>> Acesso em 17 out. 2018.

ANDRADE, Rosana Marçon da Costa. **O Direito à Vida e o Princípio da Dignidade Humana. In: Direitos humanos: proteção e promoção**. Daniela Bucci, José Blanes Sala, José Ribeiro de Campos, (coords.). – São Paulo: Saraiva, 2012.

ANTÔNIO, Carlos de Oliveira. MOISÉS, Santos de Menezes. **Violência Transfóbica Contra Travestis e Transexuais em Aracaju/Sergipe**. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conquer/trabalhos/TRABALHO_EV106_MD1_SA3_ID205_04032018205028.pdf> Acesso em 09 out. 2018.

ARGENTINA. **Lei nº 26.743, de 23 de maio de 2012**. Identidad de Género. Información Legislativa y documental. Ministerio de Economía y Finanzas Públicas, Argentina. 2012. Disponível em: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/195000-199999/197860/norma.htm>> Acesso em: 15 de set. de 2018.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. **Crimes de ódio**. Disponível em: <<https://www.apav.pt/uavmd/index.php/pt/intervencao/crimes-de-odio>> Acesso em 09 out. 2018.

BALZER, Carsten. LAGATA, Carla. BERREDO, Lukas. **2,190 murders are only the tip of the iceberg – An introduction to the Trans Murder Monitoring project TMM annual report 2016**. TvT Publication Series. Vol.14. Berlim. 2016. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>> Acesso em 10 set 2018.

BARROS, Sergio Resende de. **Direitos humanos da família: dos fundamentais aos operacionais**, in Anais - IV Congresso Brasileiro de Direito de Família- Afeto, Ética, Família e o novo Código Civil. Coordenador: Rodrigo da Cunha Pereira. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

BENEVIDES, Bruna. **Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Brasil, 2018. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>> Acesso em: 15 out 2018.

BENTO, Berenice. **BRASIL: País do Transfeminicídio**. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf> Acesso em 15 out 2018.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BILDER, Richard B. **An overview of international human rights law**. In: HANNUM, Hurst (Editor). Guide to international human rights practice. 2. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8727.htm> Acesso em 23 out 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei 7.582, de 10 de maio de 2014**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=616270>> Acesso em 03 de out. de 2018.

BRASIL. **Resolução nº 5, de 7 de junho de 2016**. Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Federal, Conselho Pleno. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=52&data=05/07/2016>> Acesso em 23 out 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 4275/DF – Distrito Federal**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Consultar Processo eletrônico. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2691371>>. Acesso em: 18 set 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral TSE - **Consulta nº 0604054-58.2017.6.00.0000**. Relator: Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/voto-tarcisio-transgeneros.pdf>> Acesso em 20 de set de 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHAGAS, Emmily Negrão. NASCIMENTO, Thayana Evely Pinto. **(IN)VISIBILIDADE TRANS: uma breve discussão acerca da transfobia na vida de travestis e transexuais**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/invisibilidadetransumabrevediscussaoacercadatransfobianavidetravestisetranssexuais.pdf>> Acesso em: 15 out 2018.

Correio Braziliense. **Transexuais são excluídos do mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>> Acesso em 02 de out. de 2018.

Corte IDH. **Caso Karen Atala Riffe e filhas Vs. Chile**. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de fevereiro de 2012. Série C nº. 239. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/04/c0dec043db9e912508531a43ab890efb.pdf>> Acesso em 16 set 2018.

COSTA RICA. **Convenção Americana Sobre Direitos Humanos**. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm Acesso em 16 set. 2018.

CUNHA, Alexandre dos Santos. **Dignidade da Pessoa Humana: Conceito Fundamental do Direito Civil**. In: MARTINS-COSTA, Judith (org.). **A Reconstrução do Direito Privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CURIEL, Ochy. **"Gênero, raza, sexualidad: debates contemporáneos."** Colombia: Universidad del Rosario. Disponível em http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf, 2014.> Acesso em 02 out. 2018.

DA SILVA, Marília Ferreira. PEREIRA, Erick Wilson. **Universalismo X Relativismo: Um Entrave Cultural ao Projeto de Humanização Social**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=74105d373a71b517> Acesso em: 08 out. 2018.

DE LAURETIS, Teresa. **Technologies of gender: Essays on Theory, Film and Fiction**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

DE SOUZA, Luís Antônio Francisco. **Avanços e dilemas dos direitos humanos no mundo contemporâneo** IN: BUCCI, Daniela; SALA, José Blanes; DE CAMPOS, José Ribeiro. **Direitos humanos: proteção e promoção** – São Paulo: Saraiva, 2012.

Declaração de direitos do homem e do cidadão. França. 1789. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html> Acesso em 12 set 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Anteprojeto estatuto da diversidade sexual e de gênero**. Conselho Federal da OAB. 2011. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7302364&disposition=inline> Acesso em 27 de set. 2018.

EFREM FILHO, Roberto. **A reivindicação da violência: gênero, sexualidade e a constituição da vítima**. Cad. Pagu [online]. 2017, n.50, 175007. Epub July 06, 2017. ISSN 1809-4449. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500007> Acesso em 15 out 2018.

El País. **OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html Acesso em 17 set 2018.

FARIAS, Edilsom Pereira de. **Colisão de Direitos**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1996.

Glaad Media Reference Guid. 10th Edition. 2016. Disponível em: <https://www.glaad.org/reference>. Acesso em 15 set 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**, volume 1: parte geral. 15. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBTE. Instituto Brasileiro Trans de Educação. **Observatório de violência**. Assassinatos. Disponível em: <<http://observatoriotrans.org/assassinatos>> Acesso em 15 out 2018.

Inter-American Commission on Human Rights. **Violência contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo nas Américas** / Comissão Interamericana de Direitos Humanos. v. ; cm. (OAS. Documentos oficiais; OEA/Ser.L). Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/docs/pdf/violenciapessoaslgbti.pdf>> Acesso em 19 out 2018.

International Commission Of Jurists (ICJ). **Yogyakarta Principles - Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity**. Disponível em: <<http://www.yogyakartaprinciples.org/>,2007>. Acesso em 26 de set. de 2018.

JACOBS, Andrew. NY TIMES. **Brazil Is Confronting an Epidemic of Anti-Gay Violence**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/07/06/world/americas/brazil-anti-gay-violence.html?_r=0> Acesso em 16 out 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. E-book disponível em <<https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-GeneroConceitos-e-Termos>> Acesso em: 09 out. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos - Transgener(al)idades**. Revista e Ampliada, 2ª Ed., Brasília-DF, 2012.

JESUS, Lorena Rodrigues de; SOBRAL, Rita de Cássia Cronemberg. **Culpabilização da Mulher: A Perspectiva de Policiais de uma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher**. Revista Ártemis, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017.

LANZ, Letícia. **Dicionário transgênero**. Curitiba: Editora Transgente, 2016. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B8TVkVCpTCdZUnRDSW5hX0g4a0U/view>> Acesso em 15 set 2018.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. (Coleção esquematizado). 21. ed.– São Paulo: Saraiva, 2017.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: parte geral**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOTUFO, Renan. **Curso Avançado de Direito Civil**. vol. 1 Parte geral. 2ª ed. São Paulo: Rt, 2003.

MALUF, Carlos Alberto. **Da Cláusula de Inalienabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

MARIN, Ana. **Mulher trans de Rio Claro, SP, é agredida a tijoladas por dois homens após sair de bar**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/mulher-trans-de-rio-claro-sp-e-agredida-a-tijoladas-por-dois-homens-apos-sair-de-bar.ghtml>> Acesso em 16 out 2018.

MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINELLI, Andréa. HUFFPOST. **Após 28 anos, OMS deixa de classificar transexualidade como doença mental**. 18/06/2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/apos-28-anos-transexualidade-deixa-de-ser-classificada-como-doenca-pela-oms_a_23462157/> Acesso em 10 out. 2018.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de direitos humanos**. 5. ed., rev. atual. ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade**. 3ª ed, atualizada, 18ª tiragem. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.

MINHOTO, Antônio Celso Baeta. **Religião e Tolerância em Face das Minorias Religiosas: Temas Antigos com Problemáticas Atuais. In: Direitos humanos: proteção e promoção**. Daniela Bucci, José Blanes Sala, José Ribeiro de Campos, (coords.). São Paulo: Saraiva, 2012.

Ministério da Saúde. **Processo Transexualizador no SUS**. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/atencao-especializada-e-hospitalar/especialidades/processo-transexualizador-no-sus>> Acesso em: 15 out 2018.

MORAES, Guilherme Peña. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. reform., rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2017.

NETO, Oswaldo. **Causa da morte de travesti encontrada sem os olhos é contestada por familiares**. Manaus, AM. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/familia-contesta-afogamento-de-travesti-achada-sem-olhos-na-ponta-negra>> Acesso em 16 out 2018.

O Globo. **Em decisão histórica, Parlamento do Uruguai aprova direitos para transexuais**. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/em-decisao-historica-parlamento-do-uruguai-aprova-direitos-para-transexuais-23168030?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo> Acesso 23 out 2018.

Observatório Trans. Disponível em: <<http://observatoriotrans.org/assassinatos>> Acesso em 16 out 2018.

OEA, más derechos para más gente. **Derechos de las personas Lesbianas, Gays, Bisexuales, Trans e Intersex**. Disponível em: <<http://www.oas.org/es/cidh/lgtbi/>> Acesso em: 30 set. 2018.

ONUBR. Nações Unidas no Brasil. **Cartilha da ONU em português orienta governos e sociedade civil sobre direitos de comunidade LGBT**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/cartilha-da-onu-orienta-governos-e-sociedade-civil-sobre-direitos-de-comunidade-lgbt/>> Acesso em 17 out 2018.

Organização das Nações Unidas ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: <<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>> Acesso em 22 set. 2018.

Organização das Nações Unidas ONU. **Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos**. 1966. Disponível em: <http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/2_pacto_direitos_civis_politicos.pdf> Acesso em 01 out 2018.

Organização dos Estados Americanos. **Convenção Americana de Direitos Humanos** (“Pacto de San José de Costa Rica”), 1969. Disponível em <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm> Acesso em 02 out 2018.

PADILHA, Rodrigo. **Direito constitucional**. 4. ed. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

PETRY, Analídia Rodolpho. MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. **Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa**. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>> Acesso em: 09 out. 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. Prefacio de Fábio Konder Comparato. – 10. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

PIRES, Thula. **O que significa renunciar a uma categoria?** Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/leitura/o-que-significa-renunciar-a-uma-categoria-1508244312>> Acesso em: 08 out. 2018.

Revista Fórum. **OMS retira transexualidade da sua lista de doenças**. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/oms-retira-transexualidade-da-sua-lista-de-doencas/>> Acesso em: 09 out. 2018.

RODOVALHO, Amara Moira. **O cis pelo trans**. Rev. Estud. Fem. vol.25 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p365>> Acesso em 16 set 2018.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

SAES, Laurent Azevedo Marques de. **A primeira abolição francesa da escravidão (4 de fevereiro de 1794) e o problema dos regimes de trabalho**. sÆculum - Revista de História: João Pessoa, jul./dez. 2013.

SANCHES, Patrícia. **A pessoa transgênera e a promoção do direito à identidade de gênero no nome e no sexo civil**. In: **Direito à diversidade**. Carolina Valença Ferraz, Glauber Salomão Leite, (coordenadores) São Paulo: Atlas, 2015.

SARMENTO, Daniel de Moraes. **Direitos Fundamentais e Relações Privadas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

SCHMIDT, Joessane de Freitas. **As Mulheres na Revolução Francesa**. v. 9, nº. 2, Revista Thema. 2012. Disponível em: <<http://revistathema.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/147/67>> Acesso em 15 set 2018.

SCOTT, Joan Wallach. **“Gênero: uma categoria útil de análise histórica”**. vol. 20, nº 2, jul./dez. Educação & Realidade. Porto Alegre: 1995.

Senado Notícias. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>> Acesso em 14 out 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

SILVA, Joseli Maria. **“Quando uma Trans é morta, outras mil se levantam”: Transnecropolítica e Transresistência no Brasil**. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>> Acesso em 19 out 2018.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **A revolução de 1848**. Mundo Educação. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/a-revolucao-1848.htm>> Acesso 12 set 2018.

SWIEBEL, Joke; VAN DER VEUR, Dennis. **Hate crimes against lesbian, gay, bisexual and transgender persons and the policy response of international governmental organizations**. *Netherlands Quarterly of Human Rights*, Antuérpia, v. 27, n. 4, dez. 2009.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Trans Murder Monitoring. “Transrespect versus Transphobia Worldwide” (TvT): Disponível em: <www.transrespect.org/en/research/trans-murder-monitoring/> Acesso em 15 out. 2018.

Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT) c /o Transgender Europe (TGEU) Kieholzstr. 212435 Berlin, Germany. Disponível em: <<https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf>> Acesso em 02 de out. de 2018.

Transrespect Versus Transphobia. **Tmm Update – Trans Day Of Remembrance 2017**. Disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2017/11/TvT_TMM_TDoR2017_SimpleTable_EN.pdf> Acesso em 15 out 2018.

TREVIZANI, Giovanna Bianca. **Meu corpo, minhas regras: a transexualidade sob a luz do Direito Constitucional e as lacunas no Estado Democrático de Direito**. HomoTransfobia e Direitos Sexuais: Debates e embates contemporâneos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

Tribunal Superior Eleitoral. **TSE abre prazo para eleitores transexuais e travestis registrarem nome social**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Abril/tse-abre-prazo-para-eleitores-transexuais-e-travestis-registrarem-nome-social>> Acesso em 23 out 2018.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Anotações Sobre a História Social dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/damiao_hist_social_dh.pdf> Acesso em 28 de set. de 2018.

United Nations Human Rights. **Violência Homofóbica e Transfóbica**. Livres & Iguais. Nações Unidas pela Igualdade LGBT. Disponível em: <https://www.unfe.org/system/unfe-42-sm_violencia_homofobica.pdf> Acesso em 15 out 2018.

V. SCHÄFER, Jairo. **Classificação dos direitos fundamentais: do sistema geracional ao sistema unitário – uma proposta de compreensão**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Transfobia e Homofobia Como Crimes de Ódio e a Necessidade de sua Repressão pelo Estado**. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>> Acesso em: 20 out 2018.

World Health Organization. **Classification of Diseases (ICD)**. 2018. Disponível em: <<http://www.who.int/classifications/icd/en/>> Acesso em: 15 set 2018.

WYLLYS, Jean. KOKAY, Erika. **Projeto de Lei 5002/2013**. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Disponível

em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>>
Acesso em 23 out 2018.